CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

RAYANNE CRISTINA MARQUES DE MELO

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS COMO DESTINO INDUTOR:

uma avaliação diagnóstica

BRASÍLIA
2014

RAYANNE CRISTINA MARQUES DE MELO

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS COMO DESTINO INDUTOR:
uma avaliação diagnóstica

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo, na Universidade de Brasília (UnB), Centro de Excelência em Turismo (CET).

Orientadora: Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch

BRASÍLIA

2014

RAYANNE CRISTINA MARQUES DE MELO

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS COMO DESTINO INDUTOR:
uma avaliação diagnóstica

Monografia apresentada e aprovada pelo Curso de Turismo da Universidade de Brasília (UnB).

Profª. Dra. Marutschka Martini Moesch
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso
Universidade de Brasília
Membro da Banca

Profª. MSc. Alessandra Santos dos Santos
Centro Universitário de Brasília
Membro da Banca

Brasília, 11 de dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me conquistado com o seu amor, me ensinado a sonhar e por diariamente se mostrar presente.

Ao meu pai que sempre priorizou e investiu na minha educação.

Aos meus familiares e amigos pelo incentivo e carinho. Especialmente à Juciane Vilaverde pela amizade e disposição em me ajudar, à Juliana Fontoura pelo companheirismo e apoio em cada etapa do trabalho, e ao Jhônatas Ribas pelo amor e paciência.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena por todos os ensinamentos, incentivo e pela amizade.

À Profª. Dra. Marutschka Martini Moesch pela orientação, pelo carinho e por ter contribuído para a minha paixão pela área de turismo.

RESUMO

Tendo em vista que o turismo pode ser uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento endógeno, o Ministério do Turismo adota um modelo de gestão descentralizada por meio do Programa de Regionalização do Turismo. O foco é estruturar e qualificar as regiões para que estas sejam capazes de se responsabilizar pelo seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, os destinos indutores se apresentam como aliados no processo de desenvolvimento das regiões. Este estudo tem como objetivo investigar se Alto Paraíso de Goiás tem cumprido seu papel de destino indutor da Região da Reserva da Biosfera Goyaz. Para isso foi realizada uma análise dos planos de desenvolvimento turístico de Alto Paraíso e região, das publicações do Ministério do Turismo, do Plano de Marketing turístico da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, do Índice de Competitividade do Turismo Nacional e de teses de mestrado sobre o tema. Observou-se que Alto Paraíso tem dificuldade de desempenhar sua função de indução devido ao seu próprio quadro de estruturação insatisfatória e por falta de cooperação e intregação entre os agentes envolvidos.

Palavras-chave: Programa de Regionalização do Turismo; Região da Reserva da Biosfera Goiás; Destinos Indutores; Alto Paraíso de Goiás.

ABSTRACT

Considering that tourism can be a support tool for endogenous development, the Ministry of Tourism adopts a decentralized management model through the Program of Tourism Regionalization. The focus is to structure and classify the regions to be able to take responsibility for their own development. In this sense, the inductor destinations present themselfs as allies in the development process of the regions. This study aims to investigate whether Alto Paraíso of Goiás has fulfilled its role inducing destination in the Region of the Biosphere Goyaz Reserve. For this, an analysis of Tourism Development Plan of Alto Paraíso and region, the publications of the Ministry of Tourism, the Tourism Marketing Plan of Reserve Biosphere Goyaz Region, the *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* and master's theses about the subject were made. It was observed that Alto Paraíso has difficulty performing his induction function due to their own poor structuring framework and lack of cooperation and interaction between the agents involved.

keywords: Program of tourism regionalization; Reserve Biosphere Goyaz Region; Inductor destinations; Alto Paraíso in Goiás.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTur	Ministério do Turismo
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
1. POLÍTICA NACIONAL DE REGIONALIZAÇÃO E O PAPEL DAS CIDADES INDUTORAS 11
1. 1 A importância da compreensão do turismo no processo de planejamento turístico 11
1. 2 O Desenvolvimento Sustentável e o planejamento do Turismo 12
1. 3 O planejamento do turismo e o programa de Regionalização do Turismo do MTur 17
2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO - ALTO PARAÍSO DE GOIÁS 25
2.1Caminho metodológico 25
2.2 Descrição do objeto -A cidade de Alto Paraíso 27
2.3 Turismo em Alto Paraíso 30
2.4 Gestão Municipal de Turismo 34
2.5 Regionalização no Goiás 36
3. ANÁLISE SOBRE O PAPEL DE INDUÇÃO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS NA REGIÃO DA RESERVA DA BIOSFERA GOYAZ 39
3.1 O contexto da promoção turística e o papel da indução 39
3.2 Análise dos Planos de Desenvolvimento Turístico Municipal – municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz 41
3.2.1 O Plano de Alto Paraíso de Goiás 43
3.2.2 O Plano de Cavalcante 44
3.2.3 O Plano de Colinas do Sul 46
3.2.4 O Plano de São Domingos 47
3.3 Indicadores de indução - Índice de Competitividade do Turismo Nacional 48
3.3.1 Políticas públicas 51
3.3.2 Cooperação Regional 52
3.3.3 Acesso 53
3.3.4 Serviços e Equipamentos Turísticos 54
3.3.5 Aspectos Sociais 54
3.3.6 Economia Local 55
3.3.7 Marketing e Promoção do Destino 56

3.3.8 Capacidade Empresarial 57
CONSIDERAÇÕES FINAIS 62
REFERÊNCIAS 64

INTRODUÇÃO

O Ministério do Turismo (MTur) acredita que a atividade turística é uma ferramenta capaz de promover desenvolvimento socioeconômico. Por esse motivo, a descentralização é um princípio fundamental da gestão do turismo no Brasil e que se concebe em política pública por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) a partir do ano de 2004.

O Brasil possui uma superfície territorial de mais de 8,5 milhões de km², com 5.556 municípios[1]. Devido à sua dimensão continental e à diversidade de seu território, estruturar e organizar a oferta turística constituem-se como grandes desafios de gestão da atividade turística no país. Tendo em vista esses desafios, o Ministério do Turismo defende que estruturar o turismo a partir da dimensão regional é uma maneira eficaz de desenvolver a atividade de forma sustentável (BRASIL, 2013).

Desde a criação do PRT, agregam-se os esforços de articulação e cooperação público e privada, em todos os níveis de governo (municipal, estadual e Federal), para criar condições e possibilidades de desenvolver o turismo em todo o território nacional por meio de ações regionalizadas. É nesse contexto que surge em 2007 a meta do Ministério do Turismo de estruturar 65 destinos indutores com competitividade internacional organizados em regiões e roteiros turísticos. A função de cada destino indutor é cooperar para o processo de regionalização do turismo, impulsionando o desenvolvimento endógeno na região a qual faz parte.

Dentre as regiões formadas pelo PRT está a Região da Reserva da Biosfera Goyaz, cujo destino indutor é o polo de turismo da Chapada dos Veadeiros: Alto Paraíso de Goiás.

Este estudo monográfico se propõe a fazer uma avaliação diagnóstica dos efeitos de uma política pública no objeto do estudo de caso, portanto está centrado na questão: Como Alto Paraíso de Goiás tem desempenhado seu papel de destino indutor do Programa de Regionalização do Turismo? Os objetivos que orientam essa análise são: Avaliar se Alto Paraíso induziu o desenvolvimento do turismo na Região da Reserva da Biosfera Goyaz; relatar como Alto Paraíso se estruturou para desenvolver o turismo a partir do Programa de Regionalização; descrever a estrutura atual de turismo do município.

O primeiro capítulo faz uma breve explicação da complexidade do turismo e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Logo após, contextualiza e descreve o Programa

[1] Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2010.

de Regionalização do Turismo e sua evolução até chegar à estratégia de criação de 65 destinos indutores, mostrando seus objetivos e premissas.

O segundo capítulo descreve as aspectos metodológicos utilizados para construção desse estudo e parte então para caracterização do objeto de estudo: Alto Paraíso de Goiás; e faz uma descrição do processo de regionalização no Estado de Goiás.

No terceiro capítulo propôs-se responder aos objetivos, dessa forma, é neste capítulo que se encontra a análise de Alto Paraíso como destino indutor da Região da Reserva da Biosfera Goyaz.

As considerações finais apresentam uma síntese dos resultados das análises, apontando qual é o cenário de desenvolvimento turístico de Alto Paraíso e da região.

1. POLÍTICA NACIONAL DE REGIONALIZAÇÃO E O PAPEL DAS CIDADES INDUTORAS

1. 1 A importância da compreensão do turismo no processo de planejamento turístico

O turismo no Brasil passou por grandes transformações e por um período de crescimento, especialmente a partir da década de 90. Nos últimos anos tem ganhado maior visibilidade, tendo em vista a realização de grandes eventos como a Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos de 2016. O turismo tem sido tema freqüente nos meios de comunicação e despertado a atenção de empresários, governantes e pesquisadores. Em função disso, um exame mais cuidadoso sobre as dimensões do turismo mostra-se importante tanto para compreender a complexidade do fenômeno, como para subsidiar sua gestão e planejamento de forma mais responsável.

O planejamento da atividade turística é uma ação que envolve aspectos relativos à ocupação territorial, economia, sociologia, cultura dos núcleos receptores e à heterogeneidade dos turistas, apresentando-se assim como bastante complexa. Portanto, o turismo carrega em sua concepção implicações que devem ser analisadas sob as perspectivas multi e interdisciplinares (RUSCHMANN, 2002). A multidisciplinaridade é importante para que sejam diversificadas as visões acerca do assunto. Entretanto, a interdisciplinaridade apresenta-se como fundamental para que não se multipliquem tipologias inadequadas que reduzam a interpretação do fenômeno a explicações disciplinares e que não assimilam conceitos e análises teóricas de campos variados.

É relevante enfatizar que a definição de turismo não é estática. Ela é maleável e se modifica conforme a dinâmica social e o comportamento sociocultural e econômico da humanidade também se modificam (BELTRÃO, 2001). Isso quer dizer que as formas em que o turismo se realiza sofrem alterações ao longo do tempo e, conseqüentemente, sua definição também deve ser repensada constantemente e adequada ao contexto econômico, social, político e cultural que lhes forem atuais.

O turismo tem sido analisado por diversos pesquisadores nas últimas décadas com intuito de desenvolver definições mais completas e encontrar a melhor forma de abordá-lo. Sua realização envolve diversos setores e não deve ser entendida meramente como uma atividade, tampouco como apenas uma atividade econômica. Embora a atividade turística faça parte do turismo, o recorte econômico não é capaz de solucionar os problemas socioculturais e

ambientais que podem vir a ocorrer. Desse modo, o turismo não é uma atividade econômica, mas sim uma prática social coletiva geradora de atividade econômica e de diversas manifestações econômicas (REBOLLO, 1997). Em outras palavras, o turismo é um fenômeno social que gera a atividade turística.

Inúmeros fatores dificultam a construção de uma abordagem do turismo que compreenda sua complexidade. Um deles se deve ao fato de que grande número de pesquisadores da área possui uma visão reducionista do turismo, com enfoque voltado para uma disciplina específica, sem tratá-lo como um fenômeno interdisciplinar. Essas análises simplificadas geralmente conduzem à redução do fenômeno turístico. As multi-referencialidades presentes na análise do turismo enquanto fenômeno social, cultural, comunicacional e econômico, vão além das fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber (MOESCH, 2008).

Para conceituar o turismo de forma que demonstre sua amplitude, este deve ser definido como fenômeno social, pois assim apropria-se das seguintes categorias formadoras do caráter humano: o social, cultural, ambiental, além do econômico, tornando possível a visão do seu todo. Ao analisá-lo com ênfase na dimensão econômica dá suporte às ações de mercado favorecendo as práticas turísticas irresponsáveis e predatórias (SAMPAIO, 2013). No entanto, o turismo não se constitui apenas como um fenômeno social, mas como um fenômeno múltiplo, que compreende os fatores sociais, culturais, comunicacionais, econômicos, entre outros mais (BRANDÃO, 2010).

O turismo é uma vivência que não se desconecta do tempo histórico. Essa experiência é vivida de maneiras diferentes e, portanto, o fenômeno turístico deve ser visto como um todo conectado com os elementos que o envolve (PANOSSO NETTO, 2011).

1. 2 O desenvolvimento sustentável e o planejamento do turismo

As discussões em torno do desenvolvimento sustentável (DS) são ainda recentes. Considera-se que o marco inicial da preocupação com o DS encontra-se em meados da década de 1970. Essa preocupação surge a partir do entendimento de que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Além disso, uma onda de consciência ambiental passa a existir quando se reconhece que os recursos não são ilimitados e que os ritmos de crescimento ameaçavam a manutenção da vida do planeta.

A respeito de crescimento e desenvolvimento Sachs afirma que “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma é suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2008, p.13).

Nota-se a partir de então, uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, que não leva em consideração apenas o crescimento econômico, mas preocupa-se com as demais dimensões que interferem no bem estar das gerações atuais e das gerações futuras.

A noção de desenvolvimento vem se transformando ao longo do tempo histórico e as Conferências globais que ocorreram nesse período com objetivo de discutir o tema têm grande influência nesse processo evolutivo do conceito. Em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a dimensão ambiental passa a ser uma preocupação mundial. A partir de então, seguem-se outras conferências com diferentes resultados. Uma síntese das principais conferências encontra-se na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Conferências globais sobre desenvolvimento sustentável

Ano	Título da Conferência	Principais temas e resultados
1972	Conferência da ONU sobre o Homem e o Meio Ambiente (Estocolmo- Suécia).	Aponta a necessidade de resolver conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento.
1987	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED).	Produz o “Relatório Brundtland”, que define desenvolvimento sustentável como um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”.
1992	Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 ou Rio 92) (Rio de janeiro – Brasil).	Objetiva reestruturar a economia mundial de acordo com os princípios da sustentabilidade. Ratifica dois acordos internacionais: a Convenção sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas e a Agenda 21, que são orientações sobre como viabilizar o desenvolvimento sustentável.
2002	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD ou Rio + 10) (Joanesburgo – África do Sul).	Tenta dar maior ênfase aos princípios de sustentabilidade na formulação de políticas públicas, além de focar na distribuição justa de recursos. Alcança alguns sucessos, a exemplo da criação do GEF, e talvez um progresso gradual, mas no geral, pouco compromisso efetivo com as demandas ambientais.

Continuação

Continuação

Ano	Título da Conferência	Principais temas e resultados
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) (Rio de Janeiro – Brasil).	Promove a avaliação de resultados 20 anos após a Rio 92, com a presença de mais de 100 chefes de Estado e de governo, 193 delegações de países e cerca de 100 mil participantes. "O Futuro que queremos", documento final da conferência, recebeu duras críticas em virtude de seus avanços muito discretos e da falta de consenso entre líderes. Os resultados ficaram comprometidos pelo momento de crise econômica e financeira europeia. Entre os avanços estão a ampliação da participação da sociedade civil e a criação do Centro Mundial para Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Costa (2013) adaptado de Cochrane (2008)

O conceito de desenvolvimento sustentável busca, sobretudo, conciliar o crescimento econômico com o equilíbrio na utilização dos recursos, de forma que as outras dimensões, que são necessárias para melhor qualidade de vida em longo prazo, também sejam consideradas e as necessidades humanas sejam supridas.

O desenvolvimento está atrelado a cinco dimensões que devem ter uma relação de equilíbrio e sintonia, sendo elas:

> • Dimensão social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
> • Dimensão ambiental: com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como "recipientes" para a disposição de resíduos);
> • Dimensão territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
> • Dimensão econômica: se a viabilidade econômica é *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
> • Dimensão política: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2008, p.15).

O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como processo, como definido no Relatório Brundtland (1987):

> Desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a diferença dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão em harmonia e elevam o potencial presente e futura para suprir as necessidades humanas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Nota-se que a noção de desenvolvimento sustentável pressupõe a conciliação de diferentes dimensões, o que torna sem fundamento avaliar a sustentabilidade considerando alguma das dimensões separadamente. Há sustentabilidade a partir do momento em que suas dimensões estão conectadas e equilibradas (COSTA, 2013).

O mesmo autor afirma ainda que embora a sustentabilidade seja um tema que tem sido abordado e mencionado com bastante frequência atualmente, ainda é difícil entendê-la plenamente. Isso porque as dimensões que a envolve são bem distintas entre si e não há como definir e mensurar quais serão as necessidades das gerações futuras.

O conceito que ficou mais popular é o que define o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades atuais sem comprometer que as gerações futuras também possuam recursos para suprir suas próprias necessidades. Apesar das limitações deste conceito, entende-se que desenvolvimento sustentável não é uma condição, mas um caminho a ser trilhado, um processo constante. Há sustentabilidade na medida em que o desenvolvimento acontece de forma a equilibrar a preservação dos recursos naturais e o estímulo do crescimento econômico, sem minimizar a dimensão sociocultural.

Retomando a reflexão a respeito da complexidade e multidisciplinaridade do turismo, é evidente a necessidade de pensar o turismo a partir da sustentabilidade. Essa preocupação em promover um turismo sustentável é tema de conferências internacionais desde a década de 1980 (COSTA, 2013). Mas o que quer dizer turismo sustentável?

Turismo sustentável não é um segmento específico da atividade turística. É uma forma de desenvolvimento da atividade visando minimizar os impactos negativos que podem ser gerados. Em outras palavras, é um padrão de desenvolvimento do turismo a ser seguido que considera as diferentes dimensões da sustentabilidade.

Swarbrooke (2000) define o turismo sustentável como:

> Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. [...] Significa o turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local (SWARBROOKE, 2000, p.19).

Apesar de não existir um consenso quanto ao conceito de turismo sustentável, há premissas que contribuem para a compreensão do termo sustentabilidade no turismo, sendo elas:

> • Assegurar a equidade entre as gerações e dentro da mesma geração, incluindo aspectos de participação social e redução da pobreza;
> • Manter a qualidade e a disponibilidade de recursos naturais tendo em vista o bem-estar físico e social das pessoas e dos ambientes, incluindo aspectos naturais;
> • Preservar a biodiversidade e evitar mudanças ambientais irreversíveis, de acordo com o princípio da precaução;
> • Garantir a qualidade da experiência turística;
> • Encorajar estruturas locais de governança (COSTA, 2013, p.53).

A partir dessas reflexões, o Ministério do Turismo considera que o conceito de sustentabilidade deve ser o princípio fundamental do planejamento turístico nacional. O modelo de turismo sustentável deve ser um processo que procura estimular a autenticidade cultural, inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local (BRASIL, 2007a).

O Ministério do Turismo identifica que uma forma sustentável de desenvolver o turismo é por meio da gestão descentralizada. Esse modelo de gestão se concretizou a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, por meio do qual o MTur afirma que levar em consideração a dimensão regional implica na integração e cooperação entre os municípios, o que contribui na prestação de serviços turísticos e promove maior valorização das especificidades regionais e municipais (BRASIL, 2013).

Sendo assim, o Programa de Regionalização reflete o modelo de gestão descentralizada adotado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) como descrito no Plano Nacional de Turismo 2013-2016:

> Como parte da política estratégica que norteia o desenvolvimento turístico no país, a regionalização é resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003, que resultou na estruturação e na implementação de instrumentos e de ferramentas que têm permitido maior interlocução do Ministério do Turismo com as 27 Unidades Federativas do país (BRASIL, 2010).

1. 3 O planejamento do turismo e o Programa de Regionalização do Turismo do MTur

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994, é considerado como o embrião de uma política nacional de base territorial para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2010). A partir de então, a valorização do desenvolvimento endógeno e autonomia dos municípios ganham força e passam a ser inseridos como princípios norteadores para a gestão sustentável do turismo (BRASIL, 2007).

Até o ano de 2003 não havia um ministério que tratasse especificamente da gestão do turismo no Brasil, por esse motivo o PNMT era coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Desde a sua criação, em janeiro de 2003, o Ministério do Turismo adota um modelo de gestão descentralizada e participativa. Sua criação representa o fortalecimento do segmento no País e a priorização da atividade turística como uma das mais importantes políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

O Programa de Regionalização do Turismo foi proposto em outubro de 2003, em uma reunião do Conselho Nacional de Turismo. Nessa reunião foram criadas dez câmaras temáticas, entre elas a Câmara Temática de Regionalização que foi responsável por abordar meios de priorizar as regiões turísticas. Em abril de 2004 foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo, na Sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), momento que em foram divulgadas as Diretrizes Políticas do Programa.

A construção do Programa de Regionalização do Turismo se deu a partir da parceria e cooperação entre o Conselho Nacional de Turismo, Fóruns Estaduais de Turismo, governos estaduais, Conselhos Municipais de Turismo, além de representantes do *trade* (conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos) e da área acadêmica. De acordo com as diretrizes políticas publicadas em 2004, os objetivos do Programa de Regionalização do Turismo são:

- Dar qualidade ao produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional;
- Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista (BRASIL, 2004).

A fim de orientar a implementação do Programa de Regionalização do Turismo foram criadas diretrizes operacionais que posteriormente foram organizadas em uma coletânea com nove módulos: Módulo 1 – Sensibilização; Módulo 2 – Mobilização; Módulo 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional; Módulo 4 – Elaboração do Plano de Estratégico de Desenvolvimento do turismo Regional; Módulo 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Módulo 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa; Módulo 7 – Roteirização Turística; Módulo 8 – Promoção e Apoio à Comercialização; e Módulo 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa (BRASIL, 2013).

A construção do Mapa de Regionalização do Turismo foi um das primeiras iniciativas do Ministério do Turismo neste contexto de mudança na concepção política e administrativa no Brasil, em que foram definidas as regiões turísticas do País. Nesse primeiro momento foram identificadas 219 regiões, com o total de 3203 municípios (ver figura1). Posteriormente foi identificada a necessidade de divulgar os novos produtos que eram criados a partir das diretrizes do Programa, surgindo então, por meio do Ministério do Turismo, o Salão do Turismo- Roteiros do Brasil, como estratégia para estimular as ações de regionalização (BRASIL, 2010).

Figura 1 - Mapa da Regionalização

Fonte: Plano Nacional de Turismo 2007 -2010 (2007)

O objetivo do MTur ao adotar um modelo de gestão descentralizada é integrar diferentes instâncias da gestão pública e da iniciativa privada em todas as escalas territoriais: a nível federal, estadual e municipal, acreditando que esse é o caminho para subsidiar o planejamento da atividade e as ações do Ministério. Apesar do Programa Nacional de Municipalização do Turismo não ter continuado em curso, ele serviu de base para implementação de outras políticas que surgiram posteriormente, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo.

A regionalização como política nacional do turismo insere-se nesse contexto de valorização da gestão descentralizada adotada pelo MTur. Mas, o que de fato significa regionalização do turismo?

Para o Ministério do Turismo significa:

> Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (BRASIL, 2007b).

Vale destacar que a concepção de região adotada pelo modelo de regionalização vai além da divisão administrativa vigente no País, que divide o Brasil nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O conceito de região deixa de ser compreendido apenas sob a ótica de limites físicos e passa a agregar a noção de esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e países (BRASIL, 2004).

A regionalização permite uma maior integração entre os municípios que compõem a região, potencializando as decisões, que deixam de acontecer de maneira isolada em cada município e passam a ser baseadas nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação entre diferentes setores e instituições. Esse modelo reflete os princípios de uma política pública descentralizada que se solidifica por meio da regionalização (BRASIL, 2007b).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é uma política pública de turismo que segue o modelo de gestão descentralizada. A ênfase do PRT está no desenvolvimento regional, sob a justificativa de que o desenvolvimento voltado para as

regiões possibilita a diminuição das desigualdades socioeconômicas e permite a valorização e integração das especificidades de cada localidade.

O propósito fundamental do Programa de Regionalização do Turismo é desconcentrar a oferta turística do país, que está concentrada predominantemente no litoral, fazendo com que haja um processo de interiorização da atividade no território brasileiro e, consequentemente, a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo (BENI, 2012). Esse processo visa contemplar as diversidades regionais, culturais e naturais por meio de um modelo participativo.

Três estratégias são consideradas como o tripé das ações operacionais do Programa de Regionalização do Turismo: gestão coordenada; planejamento integrado e participativo; e promoção e apoio à comercialização.

A gestão coordenada pressupõe parcerias para que os governos federal, estaduais e municipais compartilhem propostas, responsabilidades e ações, além das instâncias de governança, que também devem estar envolvidas nesse processo de compartilhamento como responsáveis pela interlocução do Governo com a comunidade. Dessa forma, busca-se que todos trabalhem de forma coordenada em todas as etapas: planejamento, implementação e avaliação. Para atender tal proposta, a gestão coordenada exige, primeiramente, a organização de uma estrutura de coordenação que compreenda uma infraestrutura política, técnica e administrativa e determine ações específicas às instituições participantes, de acordo com o nível de abrangência. As ações não se esgotam na organização da estrutura, mas se estendem aos esforços de mobilização dos agentes sociais e na estruturação de um sistema de informação e monitoramento, que são indispensáveis para a ação descentralizada.

A estratégia de planejamento integrado e participativo preocupa-se com os mecanismos necessários para se desenvolver Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional de forma participativa. Neste plano ficam definidos os princípios que devem ser seguidos para ação e articulação com outras diretrizes políticas (BRASIL, 2004). A participação é fundamental no processo de formulação dos Planos Estratégicos, visto que um dos objetivos é que eles sejam construídos a partir das contribuições de todos os atores envolvidos (Conselho Nacional de Turismo, Fóruns Estaduais de Turismo, governos estaduais, Conselhos Municipais de Turismo, trade turístico, Universidades) nos quais a participação representativa dos municípios e das regiões esteja inclusa.

Promoção e apoio à comercialização é a estratégia que está voltada a ações que levem à melhoria das relações de mercado e para isso a diversidade e as particularidades da oferta

turística são valorizadas. Nessa etapa, as Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo possuem as seguintes atribuições:

> - Desenvolver a relação de mercado dos agentes locais;
> - Reformular ou estabelecer a integração dos arranjos produtivos locais e regionais;
> - Definir os padrões de qualidade dos produtos e serviços;
> - Promover a qualificação e requalificação dos profissionais e dos prestadores de serviços turísticos;
> - Provocar o ordenamento e disponibilizar as diretrizes e normas para a organização dos diferentes segmentos;
> - Ampliar os vínculos de relações entre pessoas, criando redes humanas capazes de articular mudanças nos modelos econômicos e sociais em curso, de modo a provocar o redirecionamento das políticas públicas voltadas para os diferentes espaços territoriais (BRASIL, 2004).

Os mecanismos de participação que foram pensados possibilitaram, dentre outras coisas, que o programa seja construído de maneira flexível por meio da participação efetiva dos atores (poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade) no acompanhamento contínuo de sua execução. Dessa forma, as lições aprendidas e as recomendações levantadas por meio do diálogo nacional entre os atores, subsidiaram os ajustes e correções que o Programa de Regionalização tem adotado ao longo dos seus 10 anos de implementação.

A primeira versão do PRT segue as orientações do Plano Nacional de Turismo 2003-2007. O Plano determinou como visão para o turismo: contemplar as diversidades regionais, proporcionando expansão do mercado interno; inserção do Brasil no cenário turístico mundial; geração de emprego e renda; redução das desigualdades sociais e regionais; e o equilíbrio da balança de pagamentos.

Para atingir a visão mencionada, o PNT 2003 – 2007 se estruturou em sete Macroprogramas estratégicos, sendo eles: 1) Gestão e Relações Institucionais; 2) Fomento; 3) Infraestrutura; 4) Estruturação e Diversificação da Oferta Turística; 5) Qualidade do Produto Turístico; 6) Promoção e Apoio à Comercialização; e 7) Informações Turísticas. Cada Macroprograma foi constituído de programas com objetivos mais específicos, como é o caso do Programa Roteiros Integrados, incluso no Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística. É importante dar ênfase neste Programa para explicar o contexto de criação do PRT, pois é a partir do Programa Roteiros Integrados que começa a se transformar em ações a proposta de regionalização do turismo (BRASIL, 2007).

O primeiro Salão do Turismo aconteceu em 2005, quando foram apresentados 451 roteiros turísticos, 959 municípios e 134 regiões turísticas. Em 2006, aconteceu sua segunda edição, onde foram apresentados 396 roteiros turísticos, 149 regiões e 1027 municípios. Desses roteiros foram selecionados 87, para serem priorizados com objetivo de alcançar padrão internacional de qualidade (BRASIL, 2013).

Em junho de 2007 foi lançado o Plano Nacional de Turismo 2007- 2010 que passou a tratar a regionalização como política de desenvolvimento do turismo, elevando o Programa de Regionalização do Turismo ao status de Macroprograma, formado por uma série de programas com ações específicas, e não apenas como Programa de Roteiros Integrados. Após dois meses do lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 foram apresentados os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (BRASIL, 2010).

Para o Programa de Regionalização do Turismo, destinos indutores são:

> Aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos. Isto é, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (BRASIL, 2007e).

O Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 identifica o turismo como indutor de inclusão social e nesse sentido propõe metas para o crescimento do turismo. A Meta 3 consiste em estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional. Assim surgem os 65 Destinos Indutores como uma estratégia de apoio à regionalização do turismo no País (BRASIL, 2007e).

Os destinos indutores foram propostos pelo programa, no contexto de elaboração do PNT 2007-2010, para desempenhar a função estratégia de promover o desenvolvimento nos roteiros em que estão inseridos e também na região da qual faz parte. Para isso, esses destinos têm prioridade para receber investimentos do Ministério do Turismo e também de outros ministérios e instituições.

Em um primeiro momento, dois critérios foram definidos para priorização dos destinos dentro dos 87 roteiros criados, quais sejam: contemplar todas as Unidades da Federação e suas capitais; cada Unidade da Federação possuir no mínimo um e no máximo cinco municípios.

Logo após, outros estudos e avaliações foram levados em consideração para definição dos destinos indutores, como o Plano de *Marketing* Turístico Internacional – Plano Aquarela e

o Plano de *Marketing* Turístico Nacional – Plano Cores do Brasil. As observações e necessidades levantadas pelos representantes dos 87 roteiros também foram consideradas.

Segundo as diretrizes do Programa de Regionalização (2013) o projeto dos 65 Destinos Indutores foi composto por três etapas, sendo elas:

> • 1ª) o Índice de Competitividade Nacional, pesquisa com a função de fornecer um retrato detalhado do setor, possibilitando uma intervenção planejada nos municípios estudados;
> • 2ª) Gestão de Destinos, ação voltada ao auxílio para a elaboração e execução de planos estratégicos para o setor de turismo, priorizando políticas que focavam a competitividade no mercado;
> • 3ª) Sistema de Gestão dos Destinos, ferramenta desenvolvida para gerir as ações entre o Ministério do Turismo e os Destinos Indutores (BRASIL, 2013).

No ano de 2010 iniciou-se um processo de avaliação dos resultados do Programa de Regionalização do Turismo em seus seis anos de implementação. Os resultados e as lições aprendidas levantadas na Avaliação do Programa de Regionalização serviram de subsídios para a retomada de ações visando melhorar e fortalecer o Programa, o que também levou à revisão das diretrizes do Programa que foram incorporadas ao Plano Nacional de Turismo 2013-2016.

Em 2013 foram lançadas as novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo. Os conceitos e filosofias do Programa permanecem os mesmos: os ajustes foram feitos em sua concepção estratégica. Novas ferramentas e mecanismos de gestão foram pensados para desenvolver caminhos inovadores para enfrentar as fragilidades diagnosticadas na Avaliação do Programa de Regionalização (BRASIL, 2013).

O objetivo geral descrito pelo Programa em sua versão 2013 é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada. Como objetivos específicos o Programa possui:

> • Mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, dos ministérios setoriais, das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo;
> • Estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política;

> • Promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos Estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização;
> • Incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas;
> • Prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos;
> • Fomentar o empreendedorismo nos Estados, regiões e municípios turísticos, bem como criar oportunidades para a promoção de investimentos;
> • Identificar as necessidades de infraestrutura dos Estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais;
> • Apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos;
> • Transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País;
> • Definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País;
> • Estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento (BRASIL, 2013).

No Programa de Regionalização do turismo-Diretrizes (2013) as ações de apoio à gestão são orientadas por oito eixos de atuação: 1) gestão descentralizada do turismo; 2) planejamento e posicionamento do mercado; 3) qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; 4) empreendedorismo, captação e promoção de investimento; 5) infraestrutura turística; 6) informação turística; 7) promoção e apoio à comercialização; e 8) monitoramento (BRASIL, 2013).

Desse modo, o Programa de Regionalização do Turismo apresenta-se como evolução, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para esta área, pois contempla as necessidades e particularidades regionais. Do mesmo modo, sua implementação efetiva é um desafio ao poder público, haja vista que grande parte das políticas de desenvolvimento voltadas ao turismo até então se encontravam focalizadas em grandes centros turísticos, especialmente litorâneos, sem levar em conta as necessidades específicas referentes ao desenvolvimento turístico sustentável descentralizado e regional.

2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO - ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

2.1 Caminho metodológico

No âmbito do presente estudo levanta-se o seguinte problema de investigação: Como Alto Paraíso de Goiás tem desempenhado seu papel de destino indutor do Programa de Regionalização do Turismo?

Os objetivos que orientam essa análise são: Avaliar se Alto Paraíso induziu o desenvolvimento do turismo na Região da Reserva da Biosfera Goyaz; relatar como Alto Paraíso se estruturou para desenvolver o turismo a partir do Programa de Regionalização; descrever a estrutura atual de turismo do município.

Este estudo monográfico caracteriza-se como uma pesquisa avaliativa. Aguilar & Ander-Egg (1994) *apud* Vasconcelos (2007) explica que avaliação trata-se de:

> [...] uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa [...] comprovando a extensão e o grau que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados (AGUILAR & ANDER-EGG, 1994, p.162).

A presente monografia teve como estratégia metodológica para a análise do objeto a abordagem qualitativa, como processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo.

Historicamente, a pesquisa qualitativa surgiu a partir da Antropologia. Pesquisadores perceberam que a vida dos povos não podia ser quantificada e precisava ser interpretada de forma mais ampla (TRIVIÑOS, 1987). Devido a isso, a abordagem qualitativa possui caráter representativo e descritivo, possibilitando a interpretação dos resultados de forma lógica e consistente. Ademais, essa metodologia se preocupa com o processo e não apenas com os resultados e o produto:

> A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento (DE OLIVEIRA, 2007, p.59).

Para evidenciar o problema de pesquisa, será realizado um estudo de caso, que segundo Yin (2005, p. 26):

> Conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciados do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências.

Scrhramm (*apud* YIN, 2005, p. 31) aponta que "A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados".

Para descrever a trajetória, premissas e objetivos do processo indutor do município de Alto Paraíso de Goiás como parte do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, foi realizada uma revisão bibliográfica. Foram examinadas as publicações do Ministério do Turismo que se inserem no contexto de criação e evolução do Programa: PNT 2003-2007; PNT 2007-2010; PNT 2013-2016; Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes Políticas (2004); Módulos Operacionais (2007); Avaliação (2010); Diretrizes (2013). Além destes, foram analisados: os planos de desenvolvimento turístico municipal de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, São Domingos; o Plano de Marketing da Reserva da Biosfera Goyaz (2012); o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2011). Também foram utilizadas fontes bibliográficas secundárias para descrição do Programa de Regionalização, como as teses de mestrado de Borges (2008), Sampaio (2013) e Brandão (2010).

Na busca da evidenciação sobre o papel de indução do município de Alto Paraíso na Região da Reserva da Biosfera Goyaz serão respondidas as seguintes questões de pesquisa: Quais foram as mudanças ocorridas após a implementação do Programa de Regionalização do Turismo? Como Alto Paraíso, por ser destino indutor, propiciou o desenvolvimento do

turismo na Região da Reserva da Biosfera Goyaz? Como o turismo de Alto Paraíso de Goiás se organiza após o período de participação do Programa de Regionalização?

Com o objetivo de responder às questões de pesquisa serão analisados os indicadores abaixo, os quais foram retirados da pesquisa Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, sendo esses os indicadores referentes ao papel do município indutor:

1. Políticas públicas;
2. Cooperação regional;
3. Acesso;
4. Serviço e equipamentos turísticos;
5. Aspectos sociais;
6. Economia Local;
7. Marketing e promoção do destino;
8. Capacidade empresarial.

2.2 Descrição do objeto - a cidade de Alto Paraíso

Alto Paraíso de Goiás, localizado na Chapada dos Veadeiros, fica na região nordeste do estado de Goiás, a 230 km de Brasília- DF e a 420 km de Goiânia- GO. Possui 6.885 habitantes, PIB de R$ 43.773.790,00 e PIB *per capita* de R$ 6.332,10, segundo dados do IBGE (2010).

Abrange dois polos de turismo: um é a própria sede municipal, onde há melhor infraestrutura urbana; o outro é o povoado de São Jorge, distante 36 km da sede municipal, o qual se tornou conhecido por ser o local onde está localizado o portão de acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

A Chapada dos Veadeiros é composta pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina, São João d'Aliança, Teresina de Goiás, e Colinas do Sul (Oliveira Junior, 2002), ver Figura 2. A região encontra-se em uma área de Cerrado de riquíssima biodiversidade, com altitudes superiores a 1.600 metros. Possui grande recurso hídrico, devido ao fato de estar inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, o que atribui ao território diversas cachoeiras, cânions e piscinas naturais (BRASIL, 2009). Além disso, há uma sobreposição de unidades de conservação na região, onde se encontram: o PNCV, criado em 1961; a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros, criada em 2001; a Área de

Proteção Ambiental Pouso Alto; e mais um conjunto de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Oliveira Junior, 2010). Dentre estes, o PNCV é o que possui maior destaque. Foi declarado Patrimônio Mundial Natural no ano 2001 pela UNESCO e faz parte da Reserva da Biosfera Goyaz.

Figura 2 - Mapa da Região da Chapada dos Veadeiros
Fonte: <guiawebchapadadosveadeiros.com.br> (2014)

O cerrado é o segundo maior bioma presente no Brasil contemplando uma região total de mais de dois milhões de Km². É importante mencionar que este bioma integra três bacias hidrográficas: Araguaia/Tocantins, Paraná e a bacia São Francisco (DRUMMOND; FRANCO. *et al.)* . Grande parte do bioma Cerrado foi transformada em áreas de pastagem e em agricultura a partir da década de 70, quando houve políticas de incentivo à expansão agropecuária no Brasil. Em contrapartida, a região da Chapada dos Veadeiros é considerada uma das mais bem preservadas do cerrado brasileiro, o que lhe confere uma grande responsabilidade no que diz respeito à conservação da biodiversidade deste bioma, dado também ao fato de que a vegetação de cerrado de altitude, que abrange apenas 3% do cerrado brasileiro, possui 98% dessa porção justamente na Chapada dos Veadeiros (BRASIL, 2011).

Oliveira Junior (2002) afirma que a má qualidade do solo contribuiu para a preservação da área onde se encontra o PNCV.

Acredita-se que a origem de Alto Paraíso está ligada à descoberta de ouro em Cavalcante, o que causou uma expansão de garimpos e fazendas pela região ainda no século XVIII. Nessa época, a região despertou o interesse por sua riqueza em minerais, entre eles o cristal, o ouro e o níquel (OLIVEIRA JUNIOR, 2002).

Alto Paraíso era conhecido como Veadeiros, nome que surgiu em função do cachorro utilizado na caça a veados. O couro deste último era comercializado na região e por isso a caça ao animal era comum. Além da comercialização do couro de veados e dos garimpos de ouro, Alto Paraíso também era um produtor de trigo, ao ponto desse produto ter se tornado importante no contexto de desenvolvimento da região. Porém, a produção declinou com a falta de mão de obra escrava após a promulgação da Lei Áurea (BRASIL, 2009).

Veadeiros era distrito de Cavalcante, mas em 1953, ganhou status de município e se desmembrou deste último. Em 1963, por meio da Lei Estadual 4.685, recebeu o nome de Alto Paraíso de Goiás (BRASIL, 2009).

As décadas de 50 a 80 foram o período do surgimento de um movimento esotérico e espiritual que se instalou em Alto Paraíso e que perdura até hoje, embora com menor intensidade. Nesse âmbito de espiritualidade, a Fazenda Bona Espero foi a primeira a se abrigar em Alto Paraíso, próxima ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Trata-se de uma espécie de escola-fazenda baseada no esperantismo. Já na década de 60 a Cidade da Fraternidade, fazenda-escola baseada no kardecismo, é fundada em Alto Paraíso (BRASIL, 2009).

Dando continuidade a esse processo, o Projeto Rumo ao Sol é lançado no ano de 1980. Este projeto propunha um estilo de vida ligado à comunidade, alimentação baseada em produtos naturais, contato com a natureza e crescimento espiritual. O Plano de Manejo do PNCV designa este projeto como o responsável por iniciar um novo ciclo migratório para as proximidades do PNCV, o que até hoje atrai turistas com interesse no místico e alternative (BRASIL, 2009).

O PNCV foi criado no ano de 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins, no mandato do presidente Juscelino Kubitschek. Em 1979 o Governo do Estado de Goiás lançou o Projeto Alto Paraíso. Esse projeto representa um papel importante na trajetória do turismo em Alto Paraíso, pois seu objetivo era promover a colonização da região por meio da instalação de equipamentos urbanos e infraestrutura, como por exemplo, a abertura da GO-239 e a abertura do primeiro atrativo do PNCV (BRASIL, 2009).

2.3 Turismo em Alto Paraíso

A demanda de turismo em Alto Paraíso se dá de forma diversificada. Próximo à sede do município predominam o turismo místico, de esportes e o turismo de natureza, já na vila de São Jorge, o ecoturismo e o turismo de natureza são proeminentes (OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Alto Paraíso referente aos anos de 2011 a 2014 estabeleceu como segmentos prioritários o ecoturismo, o turismo de bem estar e o turismo de aventura. Como missão, o plano diz que o propósito do município é valorizar as tradições locais e o aperfeiçoamento do ecoturismo vivenciado no local. É importante considerar o ecoturismo um segmento prioritário para uma região com as características da Chapada dos Veadeiros, pois o mesmo representa uma possibilidade para o desenvolvimento das comunidades e também de conservação do meio ambiente (OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

O levantamento da oferta turística realizado pelo Ministério do Turismo indica que os produtos turísticos oferecidos são: 89% atrativos naturais, 8% atrativos culturais e 3% atrativos associados a estudos científicos, lazer e entretenimento. Do total dos atrativos turísticos comercializados na Chapada dos Veadeiros, 70% são em propriedades particulares, do restante que pertence ao poder público, 72,7 % estão dentro do PNCV (BRASIL, 2011a).

Tem-se no Inventário realizado pelo Centro de Excelência em Turismo, em projeto vinculado ao Centro UnB Cerrado da Universidade de Brasília (UnB), no ano de 2008, os atrativos naturais de Alto Paraíso como sendo, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Atrativos naturais da Chapada dos Veadeiros (2008)

1	Vale Macaquinhos	15	Cachoeira Água Fria
2	Valle das Pedras	16	Sertão Zen
3	Cânion I e II	17	Cachoeira do Rio Cristal
4	Carioquinhas	18	Cachoeiras do Rio Almécegas
5	Corredeiras	19	Jardim Zen
6	Saltos do Rio Preto	20	Jardim de Maytréia
7	Raizama	21	Fazenda Lua
8	Sítio Flor de Ouro	22	Morada do Sol
9	Vale do Macacão	23	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
10	Cachoeira Segredo	24	Mirante do Areião
11	Cachoeira do Simão Correia	25	Loquinhas
12	Cataratas dos Couros	26	Vale da Lua
13	Parque Solarion	27	Cachoeira São Bento
14	Cachoeiras da Fazenda veredas		

Fonte: Relatório de Alto Paraíso de Goiás (Inventur) – CET/ UnB (

O Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aponta mais de 50 atrativos naturais nos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, lembrando que o Distrito de São Jorge faz parte de Alto Paraíso. Foram também identificadas quatro trilhas em uso (até o ano de 2009) e quatro trilhas a serem implementadas.

Quadro 2 - Atrativos Naturais de Alto Paraíso (2009)

1	Mirante do Pouso Alto
2	Rio Cristal
3	Morro da Baleia
4	Mirante da Mandala
5	Cachoeira do Abismo
6	Vale da Lua
7	Morada do Sol
8	Vale Encantado
9	Água Quente
10	Luar do Pequizeiro
11	Éden
12	Pedra Escrita
13	Portal da Chapada São Bento
14	Raizama
15	Mirante da Antena
16	Loquinhas
17	Cachoeira do Macaco
18	Fazenda dos Anões
19	Sertão Zen
20	Cachoeira Usina
21	Fazenda Água Fria
22	Parque Solarion

Fonte: BRASIL (2009).

O inventário de 2008 (Quadro 1) contempla um maior número de atrativos, embora deixe de citar alguns atrativos que estão relacionados à contemplação da natureza, como é o caso dos mirantes citados na listagem de atrativos naturais do Plano de Manejo (Quadro 2).

Entre os atrativos culturais, o Plano de Manejo do PNCV cita a Folia de Reis, as romarias religiosas e as festas tradicionais da comunidade Kalunga, todos associados ao que denominamos de patrimônio imaterial[2]. Todavia, apresenta-se adiante, existem recursos culturais com potencial para compor o inventário, como o Moinho e o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (BRASIL, 2009).

[2] A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

Moinho, povoado de Alto Paraíso, distante 12 km do centro do município, possui uma grandiosa riqueza cultural. Neste povoado, onde funcionava o moinho para fazer moagem do trigo veadeiros, em que se utilizava mão de obra escrava, há presença de povos e comunidades tradicionais que possuem forte vínculo com o cerrado e práticas relacionadas à ruralidade. Como exemplos destas práticas estão o consumo de alimentos cultivados pela própria comunidade, a prática de medicina caseira, produção e preservação de sementes crioulas, entre outros costumes que conferem ao Moinho valor histórico-cultural (LARANJEIRAS et al., 2012b).

Este povoado é o maior produtor de açúcar mascavo, rapadura e melado do município de Alto Paraíso de Goiás, segundo estudo realizado pelo Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros (2012). O que agrega valor a essa produção é o fato de ser realizada a partir do cultivo local de cana de açúcar, sem uso de agrotóxicos; e o preparo artesanal dos produtos, que são preparados nas próprias residências e utilizam materiais rústicos, como é o caso do tacho de ferro e da apuração do caldo de cana em fornalha (LARANJEIRAS et al., 2012b).

Uma representante importante dos saberes e fazeres tradicionais do Cerrado e moradora do município do Moinho há mais de 50 anos é a Dona Flor. O reconhecimento que ela tem na comunidade se deve às suas receitas de garrafadas medicinais e pela quantidade de partos que ela mesma realizou durante sua vida. Dona Flor é detentora de conhecimento profundo sobre a biodiversidade do Cerrado e conservadora de uma tradição rural importantíssima. Além de ser raizeira e artesã, já foi parteira, garimpeira e tropeira. Como parteira realizou mais de duzentos partos. Dona Flor não exerce mais o ofício de parteira, entretanto ministra cursos para a comunidade local a respeito dos cuidados que se devem tomar durante a gravidez, além de ministrar palestras sobre cuidados com a saúde. Sua habilidade em fazer remédios naturais utilizando ervas do Cerrado a tornou conhecida não só na comunidade do Moinho, mas também entre os turistas que visitam Alto Paraíso e se interessam em conhecer e comprar os produtos que ela produz: garrafas medicinais, sabão de Tingui, rapadura e açúcar mascavo (LARANJEIRAS et al., 2012b).

Cidade da Fraternidade é outro atrativo histórico-cultural ainda pouco conhecido, que tem em sua formação uma motivação religiosa. Cidade da Fraternidade está localizada na zona rural de Alto Paraíso de Goiás, a uma distância de aproximadamente 20 km do centro. Foi fundada por um grupo espírita no ano de 1963, que diz ter escolhido a localização por indicação de mensagem espiritual, com intuito de acolher crianças abandonadas pelos pais. A atmosfera espiritual da cidade já tem atraído turistas (LARANJEIRAS et al., 2012a).

O Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, que acontece no distrito de São Jorge entre os meses de julho e agosto anualmente, está em sua 14ª edição (2014). O evento compreende apresentações musicais, palestras, oficinas, apresentações culturais, todas de cunho popular e representam um espaço de manifestação e divulgação das manifestações culturais de comunidades tradicionais da Chapada dos Veadeiros (BRASIL, 2009).

Quanto aos serviços e equipamentos turísticos de Alto Paraíso de Goiás foram levantados no inventário de 2012 os dados apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Inventário da Oferta Turística de Alto Paraíso (2012)

Inventário da Oferta Turística de Alto Paraíso (2012)	
Categoria	**TOTAL**
Hospedagem	87
Uhs (Unidades Habitacionais)	466
Leitos	2097
Alimentação	52
Agenciamento	4
Transporte	8
Espaço para eventos	7
Guias/ Condutores de Visitantes	63

Fonte: SISTUR (2012)

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) do centro de Alto Paraíso possui banners com atrativos naturais que informam: nome do atrativo, distância de Alto Paraíso ao atrativo, quilometragem da trilha, grau de dificuldade, risco, se há receptivo no local e valor de entrada. Os atrativos que são divulgados são: Cachoeira dos Cristais, Cachoeira Água Fria, Cachoeiras das Loquinhas, Encontro das Águas, Flor d'Ouro, Cachoeira São Bento, Cachoeira Anjos e Arcanjos, Vale Dourado, Cachoeira dos Anões, Águas Termais, Cachoeira do Segredo, Sertão Zen, Cachoeira Poço Encantado, Cataratas dos Couros, Cachoeira do Macaco, PNCV (Saltos do Rio Preto, Canions), Cachoeira do Abismo, Cachoeira do Macaquinho, Vale da Lua, Cachoeira Raizama, Morada do Sol, Rio das Pedras, Almécegas I e II, Morro da Baleia e os mirantes do Pouso Alto, Jardim Zen, Jardim de Maytreia e Serra Baliza.

Os atrativos que são mais divulgados nos roteiros, folhetos e folders são, da esquerda para a direita (conforme Figura 3), as cachoeiras do PNCV, o Vale da Lua, a Cachoeira São Bento e Almécegas.

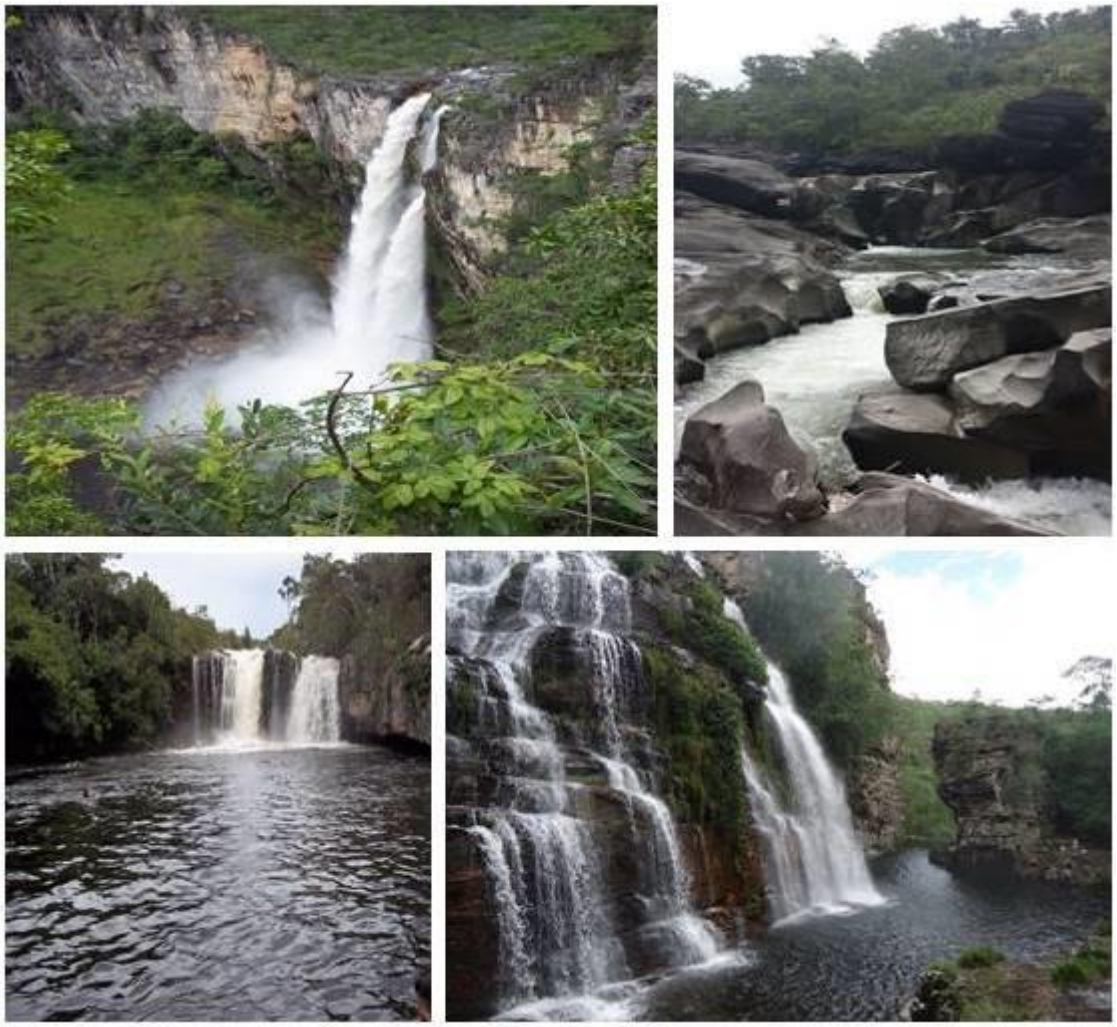


Figura 3 - Atrativos naturais de Alto Paraíso

Fonte: Arquivo Pessoal (2014)

2.4 Gestão Municipal de Turismo

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Alto Paraíso 2011 - 2014 visa que o município seja reconhecido como o melhor destino de bem-estar do Brasil, aliando sua vocação ambiental com a espiritualidade. Tem-se como princípios fundamentais do desenvolvimento do turismo no município: preservação do patrimônio, dos saberes locais,

manifestações e artesanato tradicional; integração sociocultural entre turistas e moradores; bem-estar.

A Secretaria Municipal, criada em 2001 como subsecretaria, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo são responsáveis pela gestão do turismo em Alto Paraíso. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico de Alto Paraíso 2011 – 2014, essas duas instituições trabalham buscando alinhamento de ideias. A Secretaria Municipal tem como uma de suas funções articular a gestão municipal com as demais instâncias de governança municipal, regional e estadual, buscando assim, tornar possível o desenvolvimento do turismo, viabilizar a implementação de planos, programas, projetos e outras iniciativas de forma compartilhada.

O Sistema de gestão da política municipal de turismo do município de Alto Paraíso encontra-se esboçado na Figura 4. Este sistema demonstra que a Secretaria de Turismo também está ligada com a instância de governança regional, o Fórum Regional de Turismo.

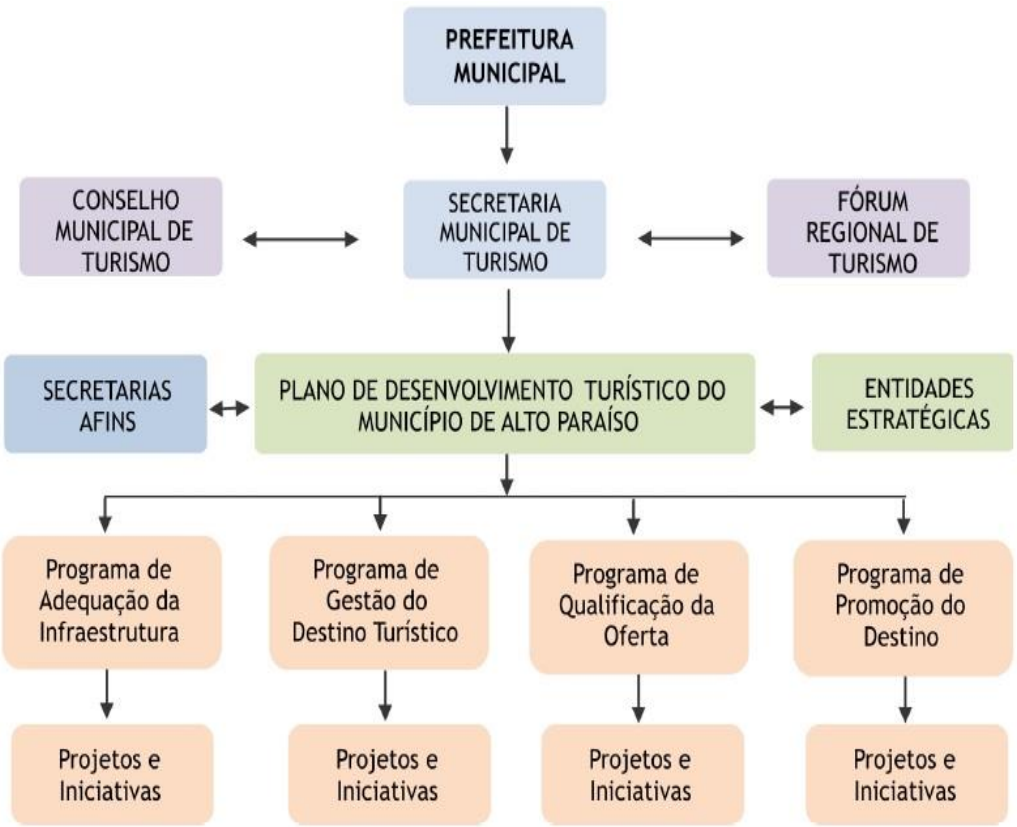


Figura 4 - Sistema de Gestão Política de Alto Paraíso

Fonte: Goiás (2011)

2.5 Regionalização no Estado de Goiás

O Estado de Goiás vem adotando o modelo de regionalização para o turismo antes mesmo da criação do Ministério do Turismo. Segundo Borges (2008) a AGETUR (Agência Goiânia de Turismo) – órgão estadual responsável pelo fomento da atividade turística no Goiás – busca consolidar o turismo por meio de diversas atividades, antes sem vínculos com a política nacional de turismo.

A primeira versão de regionalização para o Goiás foi realizada pela AGETUR e SEBRAE no ano de 2002, momento em que foram criados quatro circuitos que compunham os Caminhos de Goiás.

A partir da criação do Plano Nacional de Turismo em 2003, as ações da AGETUR articularam-se com os demais órgãos do governo federal, estadual e municipal, atendendo às diretrizes apresentadas pelo Plano Nacional de Turismo.

Nesse contexto de conciliação das políticas públicas do Estado de Goiás com a esfera federal, cria-se o Plano Estadual de Turismo: Diretrizes, Estratégias e Programas – 2003-2007, seguindo as orientações no PNT 2003-2007.

Com a nova proposta de regionalização do turismo a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, os quatro circuitos turísticos "Caminhos de Goiás" foram reestruturados e avançaram para nove Regiões Turísticas do Goiás: Região Agro-Ecológica; Região Vale do Araguaia; Região do Vale da Serra da Mesa; Região da Reserva da Biosfera Goyaz; Região dos Engenhos; Região das Águas; Região Nascentes do Oeste; Região do Ouro; Região dos Negócios (Ver figura 5, p.37).

Essas nove regiões turísticas de Goiás foram identificadas a partir de um trabalho em parceria entre o Ministério do Turismo, o SENAC e o SEBRAE, por meio da Oficina de Planejamento para implementação do Programa de Regionalização do Turismo. Todo o processo de formação das regiões segue os critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, que entende como regionalização a "divisão do espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas, para que se possa trabalhar de forma integrada." (BRASIL, 2007b).

A Região da Reserva da Biosfera Goyaz se destaca pelo título concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura) como Reserva da Biosfera, que se insere no contexto do programa Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO. Ao todo são 631 Reservas da Biosfera em todo o mundo. Desse número, apenas seis estão localizadas no Brasil (UNESCO, 2014).

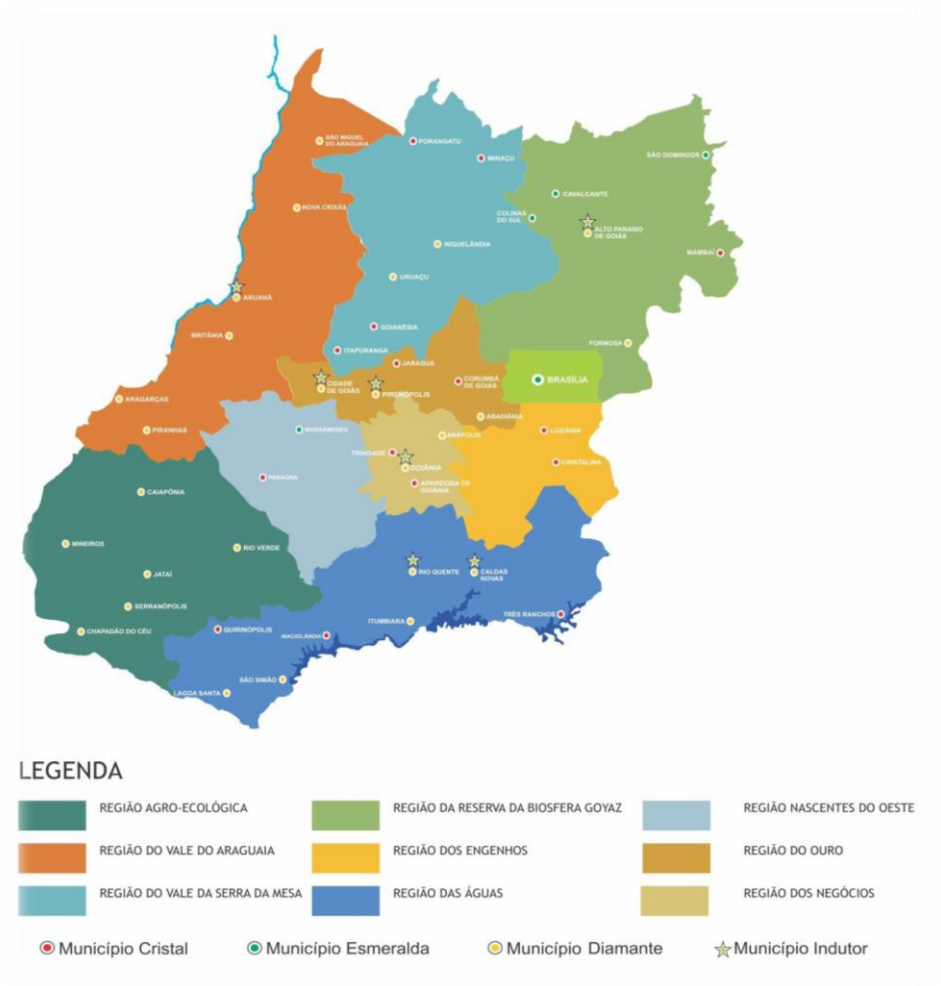


Figura 5 - Regiões Turísticas de Goiás

Fonte: PET /GO (2008)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000), no capítulo XI, define Reserva da Biosfera como:

> Um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (BRASIL, 2000).

A Região da Reserva da Biosfera Goyaz é formada por importantes Unidades de Conservação, como o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual da Terra

Ronca, a Área de Preservação Ambiental (APA) do Pouso Alto e outras inúmeras Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), o que confirma a grande riqueza ecológica da região (BENI, 2012).

Dessa região, destaca-se como polo de turismo o município de Alto Paraíso e seu distrito São Jorge. Os demais municípios que compõem a Reserva da Biosfera são: Cavalcante, Colinas do Sul, Formosa, São Domingos, Guarani de Goiás, São João da Aliança e Posse (SEBRAE, 2012).

Para a UNESCO, a Região da Biosfera Goyaz possui uma composição diferente e compreende apenas seis municípios: Nova Roma, Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul e São João D'Aliança, dentre os quais os 5 (cinco) últimos formam a Chapada dos Veadeiros.

Assim, Alto Paraíso não se destaca apenas como polo de turismo da Região da Reserva da biosfera Goyaz, mas apresenta-se também como destino indutor desta região no contexto da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil de estruturar 65 Destinos Indutores do Turismo.

3. ANÁLISE SOBRE O PAPEL DE INDUÇÃO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS NA REGIÃO DA RESERVA DA BIOSFERA GOYAZ

3.1 O contexto da promoção turística e o papel da indução

Ao analisar o papel de indução de Alto Paraíso de Goiás na Região da Reserva da Biosfera Goyaz dentro do Programa de Regionalização do MTur é necessário contextualizar sua posição como destino turístico na região. O município está entre os 10 destinos indutores da Macrorregião Centro-Oeste e entre os quatro destinos indutores de Goiás. No que diz respeito ao fluxo turístico, Alto Paraíso e Cavalcante são os dois municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz que mais de destacam.

Os sítios eletrônicos (sites) promovem Alto Paraíso enfatizando títulos como: destino mais procurado da Chapada dos Veadeiros; portão de entrada para o PNCV, em conjunto com seu distrito São Jorge; ponto mais alto do Planalto Central. Já Cavalcante é intitulado o município com maior área territorial do PNCV, município mais antigo da região e onde está grande parte do sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga.

O Guia Chapada dos Veadeiros (http://www.guiachapadaveadeiros.com/) descreve Alto Paraíso como lugar único no cenário nacional. Lugar que combina belezas naturais exuberantes, as melhores cachoeiras do país e uma energia cósmica. Este guia menciona que Alto Paraíso está sobre uma imensa placa geológica de cristal de quartzo e sobre o Paralelo 14, o que contribui para crença de que há uma energia diferente no local.

No guia Alto Paraíso (http://www.guiaaltoparaiso.com.br/) o município é promovido como o destino que agrega natureza, misticismo, espiritualidade e diversão. O sítio eletrônico que divulga a Chapada dos Veadeiros (www.chapadaeveadeiros.com.br) mostra Alto Paraíso como parte de um conjunto que em interação a outros municípios formam a Chapada dos Veadeiros.

Nota-se que a promoção de Alto Paraíso nas páginas da web ocorre em conjunto com os demais municípios da Chapada dos Veadeiros, que possuem como característica comum a oferta de atrativos ligados à natureza.

Ainda em relação à divulgação da Chapada dos Veadeiros via web, temos que, apesar de haver a promoção da região por meio dos sítios anteriormente mencionados, não há uma

divulgação substancial por página oficial dos municípios, o que dificulta o acesso a informações confiáveis e claras a respeito da região. Mesmo as páginas que fazem a divulgação turística do local apresentam informações insuficientes ao turista, como ausência de localização precisa, valores de entrada, nível de dificuldade das trilhas e infraestrutura de receptivo, além de oferecer informações por vezes truncadas, mesclando cachoeiras de municípios diferentes em uma mesma localidade.

Segundo documento fornecido pela Secretaria de Turismo de Alto Paraíso em 2013, a região possui quatro agências de turismo cadastradas à Associação de Agências de Receptivo da Chapada dos Veadeiros (ACHAVE), sendo elas: Alternativas Ecoturismo, Ecorotas Turismo, Transchapada Ecotours e Travessia Ecoturismo. Essas agências operam roteiros que, em geral, integram visitas a cachoeiras de Alto Paraíso, São Jorge, Cavalcante e Teresina de Goiás.

A empresa Alternativas Ecoturismo comercializa roteiros que incluem, além da Chapada dos Veadeiros, Terra Ronca e Jalapão. A agência Ecorotas também integra a visitação ao Parque Estadual de Terra Ronca em seus roteiros especiais. A Transchapada Ecotours opera roteiros que integram a Chapada dos Veadeiros com Terra Ronca ou com Pirenópolis e a Travessia Ecoturismo faz a integração entre os municípios da Chapada dos Veadeiros, mas também possui roteiros que incluem Terra Ronca.

De maneira geral, tanto as ferramentas de promoção, como os roteiros turísticos integram alguns municípios da região da Reserva da Biosfera Goyaz, sobretudo os municípios que fazem parte da região da Chapada dos Veadeiros e que possuem maior fluxo de visitação, como Alto Paraíso e Cavalcante. São Domingos e Guarani de Goiás aparecem integrados na medida em que os roteiros ofertados pelas operadoras de turismo incluem visitas ao Parque Estadual de Terra Ronca.

Nesses casos nota-se que a integração ocorre devido ao interesse estritamente comercial, pois contempla os municípios que já possuem demanda turística, mas não contribui para o desenvolvimento dos demais, o que vai de encontro ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que prevê a criação de roteiros que dinamizem a geração de desenvolvimento não apenas para os destinos indutores, mas para as localidades vizinhas.

A questão, entretanto, apresenta-se mais profunda do que aparenta. A inclusão de destinos com baixo fluxo de visitação contribui para o alcance dos objetivos do PRT. Entretanto, a simples inserção da localidade não garante o sucesso dos roteiros como produto turístico, pois a eficácia dos roteiros ainda depende do envolvimento e aceitação da iniciativa

privada, e esta, por sua vez, possui seu foco restrito ao retorno financeiro que os roteiros podem oferecer, mantendo os municípios adjacentes aquém da comercialização.

Ademais, são necessários amplos investimentos em infraestrutura básica e qualificação dos atrativos para a transformação dessas localidades em um destino turístico. Este investimento por parte do poder público deve preceder o desenvolvimento turístico e não depender dele para que os municípios sejam inclusos nesses roteiros.

3.2 Análise dos Planos de Desenvolvimento Turístico Municipal – municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz

O Módulo Operacional 1 do PRT afirma que a melhor forma de incluir os municípios mais prejudicados no contexto de implementação de políticas públicas no processo de desenvolvimento é por meio da integração regional (BRASIL, 2007c).

Alto Paraíso de Goiás, como um dos 65 destinos indutores do PRT, tem a função de fomentar o desenvolvimento na região e nos roteiros aos quais faz parte, de forma que os outros municípios da mesma região façam parte diretamente do processo de desenvolvimento territorial endógeno. Entende-se aqui como desenvolvimento territorial endógeno o processo que estimula a sociedade na busca de um desenvolvimento que aconteça de forma integrada, que considere o protagonismo e a participação das comunidades, equidade social e que gere qualidade de vida, bem-estar econômico, social e cultural à localidade, a partir das vocações produtivas locais (SILVA, 2013).

Para desempenhar sua função de destino indutor, o município deve possuir infraestrutura básica, turística e atrativos qualificados, para que então se caracterize como um núcleo que recebe fluxo turístico e contribui para que os demais municípios da região também sejam beneficiados por ele e tenham sua economia dinamizada (SILVA, 2013). Entretanto, induzir desenvolvimento não se realiza apenas por meio de boa infraestrutura e oferta turística.

O programa de Regionalização foi elaborado prevendo a construção de um processo de planejamento a partir do município indutor, o qual deveria partir das orientações dos módulos operacionais (BRASIL, 2007a, p.9):

I - Módulo Operacional 1 – Sensibilização;
III – Módulo Operacional 2 – Mobilização;
IV – Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança
Regional;
V – Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional;
VI – Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional;
VII – Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa;
VIII – Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística;
IX – Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização;
X – Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa;
XI – Ação Municipal para a Regionalização do Turismo;
XII – Formação de Redes;
XIII – Turismo e Sustentabilidade.

"O que propõe o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil são diretrizes políticas e operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização (BRASIL, 2007b)".

A implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional deveria ser uma ação articulada pelo município indutor, mas, ao ser executada como produto de consultoria e a partir da concepção do consultor e não do próprio programa, comprometeu o processo do modelo de gestão descentralizada do turismo, implantado no País pelo Ministério do Turismo e apoiado por seus colegiados parceiros. Estes deveriam proporcionar que cada Unidade Federada, região e município buscasse suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades, segundo documento orientador do Programa de Regionalização (2007d).

Para o SEBRAE/GO, consultor dos planos municipais de turismo da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, o turismo é uma ferramenta de desenvolvimento, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural dos municípios. Por essa razão, elaboraram-se planos turísticos para quatro municípios que fazem parte da Região da Reserva da Biosfera Goyaz: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul e São Domingos.

Os planos de desenvolvimento turístico municipais foram concebidos com a colaboração de equipes multidisciplinares, mobilizadas pelas Secretarias de Turismo municipais, com objetivo de orientar e sensibilizar gestores e o *trade* turístico a desenvolverem o turismo nos municípios de forma mais profissional e sustentável. "A meta

do SEBRAE é estender essa ação a todos os municípios de Goiás que tenham vocação, projetos ou atividade turística em desenvolvimento" (SEBRAE, 2011a).

A sistematização de conteúdo dos planos dos quatro municípios é a mesma. Neles são descritos: o processo de elaboração dos planos; o diagnóstico dos municípios; e o plano estratégico de desenvolvimento turístico. Este último elabora o direcionamento estratégico, os segmentos prioritários, missão, valores, visão, público prioritário, estratégias, programas e projetos.

Todos os planos fazem menção à Região da Reserva da Biosfera Goyaz e descrevem sua importância. Os quatro planos são compostos pelos mesmos Programas, sendo eles: Programa de Adequação Turística; Programa de Qualificação do Destino Turístico; Programa de Promoção do Destino Turístico; e Programa de Gestão do Destino. O que se difere são os projetos e iniciativas que fazem parte dos programas de cada município.

3.2.1 O Plano de Alto Paraíso de Goiás[3]

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Alto Paraíso 2011-2014 foi elaborado com a participação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), da Secretaria de Turismo e de diversos atores envolvidos com o desenvolvimento do turismo no município, especialmente representantes do *trade* turístico, representantes do SEBRAE Goiás e gestores públicos locais.

Como estratégia do Plano de Alto Paraíso foram levantados fatores críticos de sucesso que posteriormente se organizaram em forma de programas com projetos e iniciativas.

Ao todo, o Plano de Alto Paraíso possui 21 projetos e iniciativas, porém apenas quatro deles foram selecionados como projetos com o propósito de induzir desenvolvimento integrado com a Região da Reserva da Biosfera Goyaz ou com os demais municípios da Chapada dos Veadeiros.

O projeto 2.3 de desenvolvimento e ampliação dos circuitos turísticos tem por objetivo criar rotas turísticas que integrem os municípios da Chapada dos Veadeiros. A coordenação do projeto ficou a cargo do SEBRAE/GO em parceria com a Goiás Turismo, a Secretaria Municipal de turismo e o *trade* turístico.

[3] Esta construção textual foi baseada em documento disponível pelo SEBRAE (2011a).

O projeto 3.1 - elaboração do estudo de imagem - visa elaborar um plano para alinhar a imagem turística de Alto Paraíso e da Região da Biosfera. Coordenação: SEBRAE/GO. Parceria: Secretaria Municipal de Turismo, Goiás Turismo, COMTUR e *trade* turístico.

No projeto 3.4, de captação de eventos, o objetivo é captar eventos que gerem pernoite, visitação aos atrativos e compartilhamento de atividades com os demais municípios da Chapada. Coordenação: Secretaria Municipal de Turismo. Parcerias: Goiás turismo, *trade* turístico e COMTUR.

A iniciativa 4.1, que diz respeito ao fortalecimento institucional, busca fortalecer as instituições de gestão do turismo de Alto Paraíso, com foco no COMTUR e no Sistema de Gestão dos 65 Destinos Indutores de Turismo. Parceria aqui foi estabelecida entre o *trade* turístico, COMTUR, Secretaria Municipal de turismo, Goiás Turismo e SEBRAE/GO.

Dos quatro projetos/iniciativas destacadas, dois são coordenados pelo SEBRAE/GO e dois pela Secretaria Municipal de Turismo. Nota-se que não há envolvimento direto da Prefeitura de Alto Paraíso, tampouco das demais secretarias que fazem parte da Prefeitura nas parcerias dos projetos. Dentre as instituições estaduais, a Goiás Turismo e SEBRAE/GO são as que atuam nos projetos. O Ministério do Turismo também não é citado como colaborador de nenhum dos projetos aqui mencionados.

3.2.2 O Plano de Cavalcante[4]

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante 2011 – 2014 foi elaborado por meio de uma equipe multidisciplinar composta não apenas por integrantes do *trade* turístico, da Câmara Municipal, da Secretaria de Turismo, empreendedores e consultores do SEBRAE/GO, mas incluíam também a participação de guias e artesãos.

O sistema de gestão municipal de turismo de Cavalcante está organizado entre três instituições gestoras: Conselho Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. O plano não faz menção ao Fórum Regional de Turismo, o qual deveria atuar como parte do sistema de gestão de Cavalcante, na medida em que promovesse a interlocução entre as instâncias de governança municipais, estaduais e federais.

[4] Esta construção textual foi baseada em documento disponível pelo SEBRAE (2011b).

No Plano de Cavalcante são 20 projetos e iniciativas. Deste total, cinco serão destacados aqui como projetos que comtemplem o desenvolvimento integrado entre os municípios da região.

O projeto 1.1, de adequação ao acesso rodoviário, prevê a criação da Estrada PNCV que interliga Cavalcante, São Jorge, Alto Paraíso e Colinas do Sul. Esse projeto conta com a parceria do Ministério do Turismo, da Goiás Turismo e é coordenado pela Secretaria de Turismo.

O projeto 2.3 refere-se à construção do ícone de identidade da Chapada dos Veadeiros com objetivo de potencializar os elementos culturais e turísticos de todos os municípios que fazem parte da região. Coordenação da Secretaria municipal de turismo em parceria com a Goiás Turismo, *trade* turístico e SEBRAE/GO.

O projeto 2.5, de consolidação e ampliação dos circuitos turísticos, busca desenvolver ações que possibilitem ordenar o turismo por meio de rotas turísticas que integrem os municípios da Chapada dos Veadeiros. Coordenação do SEBRAE/GO em parceria coma Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura, a Goiás Turismo e o *trade* turístico.

O projeto 3.6 objetiva captar eventos que impulsionem a utilização dos meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentos e bebidas e visitas aos atrativos de forma compartilhada entre todos os municípios da Chapada dos Veadeiros. Projeto coordenado pela Secretaria Municipal de Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, com a Goiás Turismo, com o *trade* e com o SEBRAE/GO.

O projeto 4.1 diz respeito a trabalhar com a gestão descentralizada, de forma que permita a participação de atores locais e estaduais interessados, e garantir o alinhamento das ações público-privadas a partir da implantação do Plano Diretor de Turismo. Coordenado pela Secretaria Municipal de Turismo, *trade*, COMTUR e SEBRAE/GO.

Os projetos do Plano de Turismo de Cavalcante de caráter regional são, em sua maioria, coordenados pela Secretaria de Turismo do município. Apenas um projeto é coordenado pelo SEBRAE/GO. Percebe-se assim, maior atuação da Secretaria de Turismo de Cavalcante na coordenação de projetos regionais no Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal quando comparada à Secretaria de Turismo de Alto Paraíso.

A Secretaria de Cultura de Cavalcante aparece como parceira de dois dos cinco projetos mencionados. O Ministério do Turismo aparece como parceiro do projeto de Cavalcante que prevê a melhoria do acesso entre os municípios da Chapada dos Veadeiros.

Identificou-se que três projetos do Plano de Alto Paraíso possuem os mesmos objetivos que três projetos do Plano de Cavalcante, podendo assim dizer que são projetos equivalentes. Trata-se dos projetos cujos objetivos são: integrar os municípios por meio de rotas turísticas, captar eventos e trabalhar por meio da gestão descentralizada. Entretanto, não fica claro se o fato de terem projetos com o mesmo objetivo os fazem atuar de forma integrada, pois os projetos e iniciativas dos Planos de turismo de Alto Paraíso e de Cavalcante restringem-se aos representantes de cada município, levando a pensar que não há efetivamente uma interação político-administrativa entre estes e os demais municípios da região.

3.2.3 O Plano de Colinas do Sul[5]

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Colinas do Sul 2011 - 2014 foi elaborado com participação de representantes da Secretaria Municipal de Turismo, da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, do *trade* turístico, de empreendedores individuais, guias e artesãos, com assessoria dos consultores do SEBRAE/GO.

O mesmo afirma que o município não é muito divulgado pelo Estado de Goiás e informa que a Secretaria Municipal de Turismo foi extinta por razões financeiras e as pautas de turismo foram direcionadas para Secretaria de Educação.

Embora as atividades do COMTUR tenham sido mantidas, a extinção da Secretaria de Turismo vai de encontro ao que as orientações do Módulo Operacional 5 do PRT estabelecem, as quais afirmam que a Secretaria Municipal de Turismo é responsável por fornecer apoio técnico e financeiro às ações turísticas, bem como pela implementação dos planos de turismo.

Em relação aos laços de mercado, o Plano avalia que a comercialização ocorre isoladamente por meio dos responsáveis pelos meios de hospedagem. Colinas do Sul não possui tratamento de resíduos sólidos e líquidos, tampouco rede integrada de esgoto. Sendo assim, os resíduos sólidos são descartados em um lixão a céu aberto.

Em relação aos projetos/iniciativas do Plano de Colinas da Sul existem no total 12 projetos. Destes 12, apenas dois foram selecionados para essa análise.

O projeto 2.2, de elaboração de circuito turístico, tem como um dos objetivos criar rotas turísticas que integrem os municípios da Chapada dos Veadeiros. Coordenação do

[5] Esta construção textual foi baseada em documento disponível pelo SEBRAE (2011c).

projeto: SEBRAE/GO em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura, Goiás Turismo e *trade* turístico.

O projeto 4.1 – realização da gestão compartilhada – busca adotar um modelo de gestão que torne possível a participação de todos os atores locais e estaduais que tenham interesse no turismo local e permita também um alinhamento das ações público-privadas do município. Coordenação: Secretaria Municipal de Turismo. Parcerias: *trade* turístico, COMTUR e SEBRAE/GO.

Esses dois projetos de Colinas do Sul mencionados acima também são equivalentes aos planos de Alto Paraíso e de Cavalcante relacionados à criação de rotas e à gestão compartilhada, porém não são citadas parcerias com outros municípios na realização dos projetos.

3.2.4 O Plano de São Domingos[6]

O Plano de Desenvolvimento Turístico do município de São Domingos 2011 – 2014 foi elaborado por uma equipe multidisciplinar com representantes da Secretaria Municipal de Turismo, da Câmara Municipal, do *trade* turístico, de empreendedores individuais, guias, artesãos, da Goiás Turismo e da UFG, com assessoria de consultores do SEBRAE/GO.

A gestão do turismo no município é realizada pelo COMTUR e pela Secretaria Municipal de Turismo. Esse município faz parte da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, do Parque Estadual da Terra Ronca e do ecossistema da Floresta Nacional da Mata Grande.

O Plano de São Domingos constitui-se de 13 projetos/iniciativas que, de acordo com o documento, visam o alinhamento do município com a Reserva da Biosfera por meio de ações integradas e articuladas. Entretanto, somente um projeto foi selecionado aqui como adequado a este princípio, embora mencione integração apenas com um município que faz parte da região da Reserva da Biosfera, que no caso é Guarani de Goiás.

O projeto 1.1, de adequação do acesso rodoviário, visa à melhoria das vias de acesso ao município de São Domingos e transformação das vias que ligam o município à Iaciara e à Guarani de Goiás. Este projeto é coordenado pela Secretaria Municipal de Turismo e as parcerias são com o MTur, Goiás Turismo e *trade* turístico.

[6] Esta construção textual foi baseada em documento disponível pelo SEBRAE (2011d).

É importante dizer que o Módulo Operacional 5 do PRT (2007) defende que a eficiência e eficácia dos projetos específicos estão relacionadas a três elementos indispensáveis: a formação de parceria com a iniciativa privada, o apoio e envolvimento das comunidades locais e articulação político-administrativa com diferentes órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal.

Nota-se que isso não ocorre da maneira adequada nos municípios citados. Alto Paraíso, como destino indutor, deveria ser um modelo a ser seguido pelos demais municípios da região, porém atua de forma pouco integrada. Este fato demonstra a ausência da instância de governança regional, cuja responsabilidade é promover a integração e mobilização dos protagonistas envolvidos na elaboração dos projetos específicos (BRASIL, 2007d).

Nenhum dos Planos cita parceria ou diálogo entre os municípios na elaboração e execução dos projetos específicos. Por outro lado, preocupam-se com rotas turísticas que integrem os municípios vizinhos.

São Domingos foi o único município a ter participação de uma instituição de ensino superior (UFG) na formação das equipes multidisciplinares, o que demonstra pouca visão dos demais municípios sobre a importância da participação e parceria com as Universidades na gestão e planejamento do turismo.

Embora façam parte da mesma região turística no PRT, os municípios não trabalham como uma região integrada. As poucas ações visando o desenvolvimento regional geralmente fazem menção à região da Chapada dos Veadeiros e são mais concentradas entre Alto Paraíso e Cavalcante. Os Planos só citam a Reserva da Biosfera Goyaz na contextualização do turismo nos municípios, exceto Alto Paraíso, que busca alinhar sua imagem à região da Biosfera no projeto de elaboração do estudo de imagem.

Os municípios de São João da Aliança, Posse, Guarani de Goiás e Formosa ficam ainda mais isolados das reflexões a respeito do desenvolvimento territorial endógeno.

3.3 Indicadores de indução - Índice de Competitividade do Turismo Nacional[7]

Com a finalidade de estabelecer as dimensões de análise para avaliar se Alto Paraíso de Goiás tem desenvolvido seu papel de destino indutor, foram escolhidos oito indicadores utilizados na pesquisa Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos

[7] Texto baseado em documentos (BRASIL, 2011b).

Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional: 1) Políticas públicas; 2) Cooperação regional; 3) Acesso; 4) Serviço e equipamentos turísticos; 5) Aspectos sociais; 6) Economia Local; 7) Marketing e promoção do destino; e 9) Capacidade empresarial.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional é um estudo criado em 2007 pelo Ministério do Turismo, SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o intuito de mensurar a competitividade dos destinos indutores a partir de macrodimensões e dimensões de estudo, que estão demonstradas na Figura 6.

Figura 6 - Macrodimensões e dimensões do estudo de competitividade

Fonte: FGV/MTur/SEBRAE (2008)

Para análise dos resultados, o Índice de Competitividade criou um modelo que considera a soma ponderada de 13 dimensões acima, de acordo com a importância para a competitividade do destino. Competitividade para o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2008) é: "[...] a capacidade de crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva" (BRASIL, 2011b).

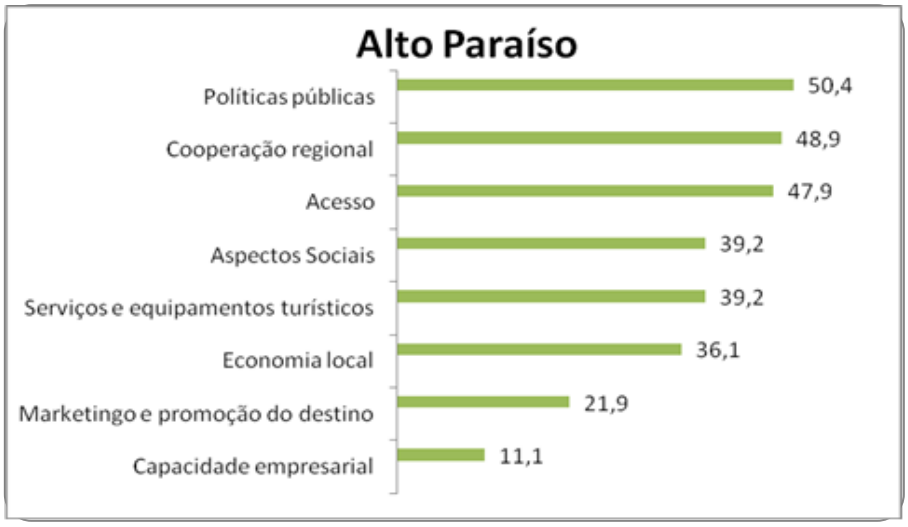
Cinco níveis de competitividade são considerados para analisar os resultados das análises, utilizando uma escala de 0 a 100:

> **Nível 1**: 0 a 20 pontos - refere-se ao intervalo em que os destinos apresentam deficiência em relação à determinada dimensão;
> **Nível 2**: 21 a 40 pontos - apesar de expor uma situação mais favorável do que a anterior, ainda evidencia níveis inadequados da dimensão para a competitividade de um destino;
> **Nível 3:** 41 a 60 pontos - configura situação regularmente satisfatória;
> **Nível 4**: 61 a 80 pontos - revela a existência de condições adequadas para atividades turísticas;
> **Nível 5**: 81 a 100 pontos - corresponde ao melhor posicionamento que um destino pode alcançar em uma dada dimensão (BRASIL, 2011b, p.5).

O índice geral (soma ponderada das 13 dimensões de competitividade) de Alto Paraíso foi de 43,6 pontos no ano de 2011. Já a média da competitividade nacional foi de 57,5. Este dado mostra Alto Paraíso de Goiás aquém da média nacional.

O Gráfico abaixo demonstra as pontuações nos oito indicadores selecionados para análise de Alto Paraíso:

Gráfico 1 - Índice por dimensões em ordem decrescente



Fonte: adaptada de (BRASIL, 2011b)

Por meio do Gráfico 1 pode-se observar que a maior pontuação de Alto Paraíso obtida nas dimensões selecionadas é 50,4. Ou seja, a dimensão melhor avaliada do município ainda está no nível 3 (41 a 60), o que significa uma situação regularmente satisfatória apenas nesse aspecto. As dimensões de Serviços e Equipamentos Turísticos, Aspectos Sociais, Economia Local, Marketing e Promoção do Destino e Capacidade empresarial não ultrapassam o nível 2 (21 a 40), mostrando que o municípios possui deficiência nessas dimensões.

Sendo assim, não se pode esperar que Alto Paraíso seja um destino indutor e promova o desenvolvimento das localidades adjacentes se o mesmo sofre com a precariedade de suas estrutura turística, como a oferta de serviços e equipamentos turísticos, bem como a economia local e os aspectos sociais altamente deficitários.

O relatório analítico de Alto Paraíso (2011) descreve os fatores que contribuíram e os que prejudicaram na avaliação do município em cada dimensão (BRASIL, 2011b). É importante mencionar que os dados do relatório analítico de competitividade de Alto Paraíso que será utilizado para descrever as oito dimensões escolhidas para análise deste estudo foram levantados no ano de 2011. Sendo assim, alguns fatores já foram alterados ou estão em fase de modificação.

3.3.1 Políticas públicas

A aplicação do indicador politicas publicas apresenta a pontuação para o município de Alto Paraíso (50,4) em relação a Média Brasil (56,1).

Nessa dimensão, foram consideradas para análise: estrutura municipal para apoio ao turismo; grau de cooperação com o governo estadual; grau de cooperação com o governo federal; planejamento para a cidade e para a atividade turística; e grau de cooperação público-privada.

Os fatores que foram positivos no cálculo da dimensão de políticas públicas foram:

- Existência de uma secretaria municipal de turismo;
- Presença do COMTUR como instância de governança municipal e com representação do Fórum Estadual de Turismo;
- Possui cooperação com o MTur e registro de investimentos do governo federal em projetos relacionados ao turismo;
- Existência de um Plano Diretor Municipal que abrange o turismo.

Como fatores limitantes foram levantados pelo relatório:

- O município não segue nenhum planejamento formal de turismo;
- O Plano Diretor está desatualizado;

- Alto Paraíso não participou de nenhum programa de modernização administrativa ou fiscal entre os anos de 2006 e 2011;
- O destino não recebeu investimentos da lei orçamentária anual de 2010, tampouco do governo estadual.

3.3.2 Cooperação Regional

O indicador Cooperação Regional tem Pontuação para Alto Paraíso (48,9) em relação à Média Brasil (49,9). Os aspectos considerados para o cálculo dessa dimensão foram: governança; projetos de cooperação regional; planejamento turístico regional; roteirização; e promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Fatores que contribuíram positivamente para essa dimensão:

- O destino faz parte da instância de governança regional (Fórum da Região da Reserva da Biosfera Goyaz) com suporte da Goiás Turismo e do SEBRAE;
- Em 2010 foram realizadas reuniões para mobilizar os atores do *trade* quanto à importância da cooperação regional;
- Existem projetos de cooperação regional com integração com outros municípios da região;
- Existência de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS);
- Possui roteiros regionais integrados em parceria com o *trade* turístico;
- Em 2010 Alto Paraíso participou de eventos promocionais de comercialização de roteiros regionais e realizou ações promocionais em cooperação com outros municípios;

Dos fatores que prejudicaram a avaliação do município na dimensão de cooperação regional estão:

- O Fórum da Região da Reserva da Biosfera Goyaz não está constituído formalmente. Além disso, não tem realizado parcerias público-privadas e não possui recurso próprio;

- Os roteiros regionais não utilizaram dados de um inventário da oferta turística e não levaram em conta a questão da sustentabilidade;
- Não há um site institucional que promova a região turística, nem materiais promocionais;
- O projeto integrando Brasília à Chapada dos Veadeiros foi interrompido.

3.3.3 Acesso

Quanto ao indicador Acesso, a pontuação para Alto Paraíso (47,9), em relação a média Brasil (61,8). Foram avaliados nessa dimensão: acesso aéreo; acesso rodoviário; acesso aquaviário; acesso ferroviário; sistema de transporte no destino; e proximidade de grandes centros emissivos de turistas.

Um dos fatores que contribuíram positivamente para o destino é que o Aeroporto Internacional de Brasília atende ao município, embora esteja em média a 232 km de distância. A infraestrutura e a disponibilidade de serviços do aeroporto de Brasília também contribuíram positivamente para a avaliação da competitividade, entre ele a disponibilidade de opções de transporte e de deslocamento direto a Alto Paraíso.

Outros fatores igualmente benéficos foram: a existência de terminal rodoviário em Alto Paraíso de Goiás, a ausência de congestionamento em alta temporada e a disponibilidade de vagas de estacionamento nos atrativos turísticos.

Dos fatores limitantes, o relatório destacou que:

- O aeroporto municipal não opera voos regulares;
- As rodovias de acesso ao município estão em situação regular (Confederação Nacional de Turismo, 2010);
- Infraestrutura da rodoviária é precária, além de não oferecer informações turísticas;
- Não há linha de transporte regular que interligue os principais atrativos turísticos;
- Poucas linhas atendem ao destino e às principais atrações;
- Há pouca disponibilidade de transporte público na rodoviária municipal;
- Não há regulação do serviço de táxi.

3.3.4 Serviços e Equipamentos Turísticos

Os Serviços e Equipamentos Turísticos apresentam a Pontuação para Alto Paraíso (39,2) em relação a Média Brasil (52,0). Os fatores avaliados para essa dimensão foram: sinalização turística; centro de atendimento ao turista; espaços para eventos; capacidade dos meios de hospedagem; capacidade do turismo receptivo; estrutura de qualificação para o turismo; e capacidade dos restaurantes.

A existência de Centros de Atendimento ao Turista (CAT) na sede do município e no distrito de São Jorge teve influência positiva na dimensão de serviços e equipamentos turísticos. Ainda foram importantes para a avaliação: a oferta de sinalização viária conforme os padrões internacionais; existência de organizações representativas dos meios de hospedagem e de guias e condutores e; presença de agências de receptivo com oferta de serviços variados.

Os fatores que limitaram a expansão do índice foram: estado de conservação da sinalização viária com danificações; sinalização turística somente em português e inexistência de sinalização descritiva ou interpretativa nos atrativos; existem poucos espaços para eventos; não há acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos meios de hospedagem; não há preocupação formal dos meios de hospedagem com a sustentabilidade ambiental; poucos guias da localidade são licenciados pelo Ministério do Turismo; não há organização representativa dos estabelecimentos de alimentos e bebidas; o destino não possui estrutura de qualificação profissional relacionada ao turismo; não existe incentivo formal para que os estabelecimentos adotem ações sustentáveis.

3.3.5 Aspectos Sociais

O indicador Aspectos Sociais pontua para Alto Paraíso (39,2) e para a Média Brasil (59,1). Para mensuração deste índice foram considerados: acesso à educação; empregos gerados pelo turismo; política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; cidadania, sensibilização e participação na atividade turística. Além destes também foram considerados indicadores sociais o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Fatores positivos de Alto Paraíso de Goiás:

- Investimento em educação além do percentual obrigatório;
- Participação da comunidade na elaboração do orçamento;
- Participação da comunidade nos conselhos de turismo e conselho do PNCV;
- Engajamento da sociedade civil organizada nos processos de desenvolvimento do turismo, sobretudo as ONGs.

Fatores negativos na dimensão de economia local:

- Utilização de mão de obra informal nos períodos de alta temporada;
- Não há incentivo para que a comunidade local usufrua dos equipamentos turísticos;
- Inexistência de um programa específico de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A comunidade não está sensibilizada quanto aos impactos positivos e negativos do turismo.

3.3.6 Economia Local

Já em relação à Economia Local, a Pontuação foi de (36,1) para Alto Paraíso enquanto que a Média Brasil foi de (60,8). Os seguintes fatores foram levados em consideração: aspectos da economia local; infraestrutura de comunicação; infraestrutura e facilidades para negócios; empreendimentos ou eventos alavancadores, PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

Fatores que influenciaram positivamente Alto Paraíso na dimensão de economia local foram:

- Oferta de serviços de acesso à internet em banda larga;
- Caixas eletrônicos de diferentes bancos;
- O município executa políticas de incentivo ao empreendedorismo.

Entre os fatores limitantes do município estão:

- Não há acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Não oferece isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Não possui benefícios financeiros locais ou regionais para empreendimentos e serviços ligados ao turismo;
- Não possui um polo físico de produção/negócios significativo para movimentar a economia local.

3.3.7 Marketing e Promoção do Destino

No Marketing e Promoção do Destino a pontuação foi, para Alto Paraíso (21,9), e a Média Brasil (45,6). Fatores observados na avaliação: plano de marketing; participação em feiras e eventos; promoção do destino; e página do destino na internet.

Contribuíram para a avaliação do destino:

- Participação em eventos estaduais, regionais e nacionais de turismo;
- Possui material promocional institucional;
- Existe página institucional na internet (www.altoparaiso.go.gov.br) e nela há informações turísticas.

Os elementos que limitaram uma pontuação melhor nessa dimensão foram:

- Ausência de um plano de marketing de Alto Paraíso;
- Ausência de um plano de marketing regional;
- Não há avaliação dos resultados dos eventos que o município participa;
- Não já participação efetiva do destino em eventos que não sejam do segmento turístico;
- Alto Paraíso não promoveu nenhum evento para divulgar-se como destino turístico fora do município entre os anos de 2006 e 2011;
- Materiais promocionais apenas em português e não trazem nenhuma orientação quanto à conservação ambiental;
- Somente há informação turística por telefone através do Centro de Atendimento ao Turista;

- Não há uma página institucional voltada especificamente à promoção do destino.

3.3.8 Capacidade Empresarial

Quanto à Capacidade Empresarial, a Pontuação para Alto Paraíso foi (11,1) e a Média Brasil (59,3). Para avaliar a dimensão de capacidade de gestão foram considerados os seguintes elementos: capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; concorrência e barreiras de entrada; e presença de empresas de grande porte.

A existência de instituições de ensino superior foi o único fator que contribuiu positivamente para avaliação de Alto Paraíso na dimensão de capacidade empresarial.

Dos fatores que limitaram a expansão do indicador estão:

- Ausência de escolas de idiomas estrangeiros;
- Pouco recurso humano qualificado para trabalhar em cargos administrativos dos estabelecimentos de turismo;
- Não há programas de qualificação voltados para empresários e gerentes de empreendimentos turísticos;
- Ausência de grupos nacionais ou internacionais do setor de turismo;
- Não há esforços dos empreendimentos turísticos para fomentar o empreendedorismo como arranjos produtivos locais;
- Existência de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos;
- Inexistência de empresas de grande porte que trabalhem com produtos de alto valor agregador.

Ao observar os índices de competitividade de Alto Paraíso nas oito dimensões aqui apresentadas, percebe-se que em nenhuma delas o município obteve pontuação maior do que a média Brasil obteve em cada dimensão, nem ao menos se aproximam, exceto na dimensão “cooperação regional” em que a média Brasil também é baixa (Alto Paraíso: 48,9; Média Brasil: 49,9).

Após a publicação do relatório analítico do Índice de Competitividade de Alto Paraíso (2011) não foram realizadas outras pesquisas institucionais quanto ao desempenho de Alto

Paraíso de Goiás no contexto de destino indutor. No blog destinado à divulgação das ações realizadas nos 65 destinos indutores (http://65destinos.blogspot.com.br/)[8] as ações que ocorreram em Alto Paraíso aparecem pela última vez no ano de 2010 e atualmente o espaço do município na página está desativado. No entanto, durante a pesquisa em fontes secundárias realizada neste estudo foi possível encontrar algumas informações que atualizam o relatório analítico de 2011.

O relatório analítico na dimensão de políticas públicas indicou como fator limitante o fato de Alto Paraíso não possuir um processo de planejamento integrado e participativo para o turismo, como propõe o Programa de regionalização. Alto Paraíso atualmente possui um documento formal, que é o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Alto Paraíso de Goiás 2011-2014, mas que atende parcialmente aos objetivos do PRT no que diz respeito a ser um plano estratégico que oriente o município a contribuir para a regionalização. Este mesmo plano revela através dos projetos que Alto Paraíso não está desempenhando seu papel de município articulador da região. Não exerce assim sua função de indução, nem altera, pelo turismo, as condições para um processo de desenvolvimento mais sustentável.

No que diz respeito à cooperação regional, Alto Paraíso faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Goiano da AGDR (Agência Goiana de Desenvolvimento Regional) através do qual foi realizada a pavimentação asfáltica de Alto Paraíso e de São Jorge (http://www.agdr.goias.gov.br/), única ação registrada que pode ser encarada como regional.

O Fórum Regional de Turismo da Reserva da Biosfera Goyaz criou uma proposta chamada Linha Verde do Estado do Goiás com ênfase na melhoria do desenvolvimento e acesso regional. No âmbito de acesso o objetivo é criar a primeira Estrada Turística do Goiás com a proposta de unir a região e as principais unidades de conservação através das estradas: Estrada Parque Chapada dos Veadeiros, Estrada Sítio Histórico Kalunga, Estrada Parque Terra Ronca e Estrada Parque Itiquira.

A visão do Fórum Regional de Turismo é que a proposta da Linha verde receba status de programa regional com projetos específicos que contemplem todos os municípios com ações que abrangiam: construção, melhoria e alargamento de vias; construção de sinalização adequada; construção de infraestruturas de contemplação, fiscalização e segurança nas estradas; melhoria dos equipamentos e serviços turísticos; construção de sistemas de saneamento básico; entre outros. Entretanto, a meta dessa proposta mostrou-se pretenciosa, já

[8] Data de acesso: 20 de novembro de 2014.

que a instância de governança regional pensou o alcance dos resultados ainda para a Copa do Mundo de 2014. Além disso, não se tem informações disponíveis se essa proposta do Fórum está sendo ou não executada.

No primeiro semestre de 2013 foi criado o Consórcio Intermunicipal da Chapada dos Veadeiros, do qual Alto Paraíso é integrante. O Consórcio tem por objetivo unir forças entre os municípios na obtenção de recursos estaduais e federais para proporcionar desenvolvimento regional das áreas de saneamento básico, turismo e assessoria técnica (http://www.ovetor.com.br/).

Quanto à dimensão economia local, a JUCEG (Junta Comercial do Estado de Goiás), que tem como missão a "prestação dos serviços de registro mercantil, estímulo e facilitação do registro de empresas (de acordo com as políticas de desenvolvimento social e econômico do Estado de Goiás)", firmou convênio com o município de Alto Paraíso e instalou um escritório regional para atender toda a região da Chapada dos Veadeiros (http://www.altoparaiso.go.gov.br/).

Apesar de todos esses esforços, os municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz fazem parte do nordeste goiano, que em seu contexto histórico, apresenta condições de desenvolvimento econômico muito difíceis. Por essa razão, o nordeste goiano também é conhecido como corredor da miséria (Sampaio, 2013). Mesmo com as tentativas de inclusão social e geração de empregos pelo turismo da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, os municípios de Formosa e Alto Paraíso são os que possuem maior IDH. Cavalcante, apesar de ser o município mais afetado pelo fluxo de turismo de Alto Paraíso, apresenta o menor índice da região turística e segundo menor IDH do Estado de Goiás (IBGE, 2010). Ver Figura 7 (p.60).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Goiás para o ano de 2010 foi de 0,735, e do Brasil para o mesmo ano foi de 0,699.

O que parece, ao analisar os documentos disponíveis, é que a continuidade das ações estão mais focadas na promoção do destino turístico do que nas possibilidades do desenvolvimento integrado da região pelo turismo de base local, vide o plano de marketing proposto em 2012, à revelia dos problemas infraestruturais permanentes na região, o qual aponta os mesmos problemas dos indicadores de competitividade do MTur.

O Plano de Marketing Turístico - Reserva da Biosfera Goyaz abrange Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Formosa, São Domingos e São João da Aliança dos oito municípios que a compõe. Sendo assim, ficam de fora do plano de marketing os municípios de Posse e Guarani de Goiás (SEBRAE, 2012).

uf	município	(sem unidade)
GO	Formosa	0,744
GO	Alto Paraíso de Goiás	0,713
GO	São João d`Aliança	0,685
GO	Posse	0,659
GO	Colinas do Sul	0,658
GO	Guarani de Goiás	0,637
GO	São Domingos	0,597
GO	Cavalcante	0,584

Figura 7 - IDH dos municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz
Fonte: http://www.cidades.ibge.gov.br/ (2010)

O produto âncora da Reserva da Biosfera, segundo plano de marketing, é a Chapada dos Veadeiros. Alto Paraíso se destaca por ser o portão de entrada do PNCV (SEBRAE, 2012). O território que forma a Reserva da Biosfera é caracterizado por suas belezas naturais e é o local onde se encontra o maior remanescente quilombola do País, os Kalungas.

O título de Reserva da Biosfera, dado pela Unesco, é destacado no plano de marketing (SEBRAE, 2012) como um argumento de promoção para toda a região, que possui alta atratividade dos recursos naturais e proximidade de grandes centros emissivos, como Brasília e Goiânia. Ainda assim, a região possui fraquezas destacadas pelo plano que revelam baixo nível de desenvolvimento enquanto região turística.

As fraquezas da região destacadas na análise do plano de marketing (SEBRAE, 2012) são:

- Estagnação do produto âncora (Chapada dos Veadeiros) no que diz respeito ao aumento do fluxo turístico;
- Produtos turísticos mal estruturados. Muitos atrativos não possuem infraestrutura adequada para receber turistas com segurança e conforto, faltam instalações de serviços e atendimento, os guias são pouco preparados para executarem guiamento interpretativo;
- Há pouca diversidade das atividades na natureza;
- Informação insuficiente. O plano aponta que apenas 35% dos atrativos da região da Biosfera Goyaz possuem sites/blog ou materiais informativos;

- Baixa capacidade empreendedora. “70,3% dos produtos ofertados estão em propriedade particular, 90,4% cobram ingressos e apenas 28,8% oferecem algum tipo de estrutura ou serviço ao visitante”;
- Serviços e equipamentos com características semelhantes;
- Acessos aos atrativos sem sinalização
- Alta sazonalidade. Nos períodos de baixa temporada muitos atrativos ficam fechados;
- Não há acessibilidade no destino. Apenas 18% dos meios de hospedagem possuem 5% das unidades habitacionais adaptadas;
- Baixo investimento em promoção. Não há um site institucional oficial da região, são as operadoras de receptivo que se encarregam da função de fornecer informações sobre a região;
- Pouca participação da comunidade nas atividades produtivas. A comunidade não enxerga o turismo como fator de desenvolvimento para a região.

Por meio da descrição de todos esses problemas levantados pelo plano de marketing, infere-se que Alto Paraíso não tem desempenhado seu papel de induzir desenvolvimento para a Região da Reserva da Biosfera Goyaz, o que pode ser considerado um grande desafio para Alto Paraíso, visto que o próprio município possui condições insatisfatórias de estruturação/qualificação turística, de organização política, de infraestrutura, de articulação e de envolvimento da comunidade local. Dessa forma, a região continua apresentando índices precários de desenvolvimento, tanto quando de articulação e cooperação entre os municípios.

A pergunta que fica é sobre o olhar desses municípios sobre si mesmos. Pois as evidências apontam que suas preocupações são apenas em aumentar fluxo turístico e não discutir e buscar solucionar seu nó crítico: o baixo IHD. O que pouco parece ter atendido ao objetivo do programa de regionalização:

> Diante disso, o que se espera é que cada região turística planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. O que se busca para o Programa é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Para tanto é necessário perceber o turismo como atividade econômica capaz de gerar postos de trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social (BRASIL, 2007b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema central que esta investigação procurou responder "como Alto Paraíso de Goiás tem desempenhado seu papel de destino indutor da Região da Reserva da Biosfera Goyaz?". Constatou-se que Alto Paraíso não tem cumprido efetivamente seu papel.

O destino indutor deve impulsionar desenvolvimento para a região a qual faz parte, entendendo que esse desenvolvimento vai além de gerar fluxo turístico ou crescimento econômico. Trata-se, portanto, de um processo que contempla as dimensões sociocultural, ambiental, econômica e política, considerando as vocações produtivas locais. Para este fim, é necessário que haja integração e cooperação entre os municípios da região com o objetivo de executar ações nas diferentes dimensões aqui citadas.

Alto Paraíso tem se adequado parcialmente à política pública de destinos indutores, pois, embora apresente características que o desqualifique como gerador de indução, o município tem implementado ações para o desenvolvimento do turismo seguindo orientações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. O município tem seu sistema de gestão do turismo composto por uma Secretaria de Turismo, pelo Conselho Municipal de Turismo e pelo Fórum Regional, contudo, os materiais analisados comprovam que estes não têm cumprido suas competências quanto à colaboração para o processo de regionalização. A inviabilidade de realizar ida a campo durante a pesquisa limitou a presente monografia à análise de documentos, pontanto, não foi possível levantar dados atualizados a respeito do objeto de estudo.

A análise dos materiais levantados permitiu observar que Alto Paraíso não trabalha de forma integrada com os demais municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz. A integração que existe está na oferta de produtos turísticos comercializados pelas agências de receptivo através de roteiros que integram alguns municípios da Chapada dos Veadeiros e, em alguns casos, integram o município de São Domingos, por estar dentro do Parque Estadual de Terra Ronca.

A regionalização deve ir além de ações de roteirização e promoção para promover o desenvolvimento dos municípios. Cavalcante é o município da região que é mais influenciado pelo fluxo turístico de Alto Paraíso, entretanto é o município com menor IDH da região, o que demonstra que induzir desenvolvimento vai além do que aumentar a demanda turística e integrar roteiros.

Quanto à promoção feita a partir dos sítios eletrônicos, Alto Paraíso se promove como parte da Chapada dos Veadeiros e parte da Reserva da Biosfera, cooperando para a promoção dos demais municípios da Chapada dos Veadeiros, sobretudo de Cavalcante. Mas, vale lembrar que seu papel de indução deveria se estender para toda a Região da Reserva da Biosfera Goyaz, o que não acontece nem parcialmente, já que municípios como Formosa, Posse e Guarani de Goiás não aparecem em nenhuma das atuações de Alto Paraíso.

Quanto ao planejamento turístico, Alto Paraíso possui um Plano de Desenvolvimento Turístico com poucos projetos de esforço regional. Dentre eles, nota-se uma visão voltada apenas para os municípios da Chapada dos Veadeiros. Sendo assim, Posse, Guarani de Goiás, São Domingos e Formosa ficam de fora. Além disso, os projetos de cunho regional restringem-se à roteirização, promoção e gestão compartilhada e a comunidade local não tem participação efetiva no processo de planejamento. Pontanto, Alto Paraíso não exerce sua função de indução, nem altera as condições para o desenvolvimento sustentável da Região da Reserva da Biosfera Goyaz.

Para análise do papel de indução de Alto Paraíso foram escolhidas oito dimensões do Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores: Políticas públicas; Cooperação regional; Acesso; Serviço e equipamentos turísticos; Aspectos sociais; Economia Local; Marketing e promoção do destino; e Capacidade empresarial. Em todas as dimensões o município apresentou pontuações inferiores as da média Brasil, que variaram de 11,1 pontos em capacidade empresarial a 50,4 em políticas públicas, em uma escala de 0 a 100.

As dimensões com as maiores pontuações na avaliação (Políticas públicas, Cooperação Regional e Acesso) estão no nível três (3) de competitividade, que significa uma situação regurlamente satisfatória. As demais dimensões avaliadas não ultrapassam o nível dois (2) de competitividade, revelando uma situação de deficiência nessas dimensões.

Os resultados do Índice de Competitividade, somado aos dados dos demais documentos analisados por este estudo levam à constatação de que Alto Paraíso de Goiás é um município que apresenta um quadro deficitário de desenvolvimento turístico, o que limita ainda mais sua condição de promover e impulsionar desenvolvimento para os demais municípios da Região da Reserva da Biosfera Goyaz.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Disponível em: <http://www.agdr.goias.gov.br/>. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

ALTERNATIVAS. Disponível em: <http://www.alternativas.tur.br/>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

BELTRÃO, Otto Di. **Turismo:** a indústria do século 21. Osasco: Novo Século, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Turismo, planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e *clusters*.** Barueri, SP: Manole, 2012.

BORGES, Leandro Bernardes. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: análise interdisciplinar de uma política pública em Goiás. In.: **Dissertação de Mestrado**. Centro de Excelência de Turismo/Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

BRANDÃO, Pamela de Medeiros. Análise da rede política do turismo brasileiro. In.: **Dissertação de Mestrado em Turismo.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente**. Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).** Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –** SNUC. Lei Nº 9.985, de julho de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil:** Resumo Executivo. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007a.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo -** Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília, 2007b.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo -** Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 1: Sensibilização. Brasília, 2007c.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 5: Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional Brasília, 2007d.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional:** 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Alto Paraíso de Goiás. Alto Paraíso, 2011. Disponível em: <http://65destinos.blogspot.com.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Estadual do Turismo -** Goiás no Caminho da Inclusão. Brasil, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.** Brasília, 2007e.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2010 – 2013.** Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo -** Diretrizes. Brasília, 2013**.**

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do** Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Resumo Executivo Diagnóstico da Oferta Turística.** Ciclus Projetos Sociais e Turísticos. Brasil, 2011.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO. Linha Verde do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.cet.unb.br/attachments/article/1654/_Apresentacao_Estrada.pdf.>. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

CHAPADA E VEADEIROS. Disponível em: <http://www.chapadaeveadeiros.com.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

COSTA, Helena Araújo. **Destinos do turismo:** percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DRUMMOND, J. A; FRANCO, J. L. A. et al. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.). **Conservação da biodiversidade:** legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados. 2010.

ECOROTAS TURISMO. Disponível em: <http://www.altoparaiso.com/>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região da Reserva da Biosfera Goyaz.** AGETUR, 2004.

GUIA ALTO PARAÍSO. Disponível em: <http://www.guiaaltoparaiso.com.br.>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

GUIA CHAPADA DOS VEADEIROS. Disponível em: <http://www.guiachapadaveadeiros.com>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/ >. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

JORNAL O VETOR. Disponível em: <http://www.ovetor.com.br/>. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

LARANJEIRA, Nina Paula. GASPARINI, Carla Beatris. CÂMARA, Cíntia Barros (Org.) **Assentamento Sílvio Rodrigues & Cidade da Fraternidade:** Alto Paraíso de Goiás. Brasília: Universidade de Brasília, 2012a.

LARANJEIRA, Nina Paula. MEIRELES, Cristiane Costa. GASPARINI, Carla Beatris. (Org.) **Povoado do Moinho: Alto Paraíso de Goiás.** Brasília: Universidade de Brasília, 2012b.

MOESCH, Marutschka M. O fazer-saber turístico: possibilidades de superação de limites. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo:** 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitative.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo** – teoria e epistemologia. São Paulo: ALEPH, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.altoparaiso.go.gov.br/>. Acesso em 24 de novembro de 2014.

REBOLLO, Vera J. (Coord.) **Análisis territorial del turismo.** Ariel, Barcelona, 1997.

RESERVAS DA BIOSFERA NO BRASIL. **Reserva da Biosfera Goyaz Plano de Marketing Turístico.** Posse, 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/>. Acesso em: 13 de novembro de 2014.

RIO+20 - United Nations Conference on Sustainable Development. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/>. Acesso em 14 de novembro de 2014.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil –** análise e tendências. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. Garamond, 2008.

SAMPAIO, Ana Claudia. A Cultura da Participação e o Saber-Fazer do Turismo: estudo de caso observatório para turismo sustentável de Cavalcante – GO. In: **Dissertação de Mestrado.** Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Alto Paraíso 2011 – 2014.** Goiás, 2011a. Disponível em: http://www.goiasturismo.go.gov.br/br/component/content/article/36-cidades/100-alto-paraiso. Acesso em: 9 de jun. 2013.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante 2011 – 2014.** Goiás, 2011b.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Colinas do Sul 2011 – 2014.** Goiás, 2011c.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de São domingos 2011 – 2014.** Goiás, 2011d.

SILVA, Priscila Teixeira da. Limites e Possibilidades do Programa de Regionalização do Turismo como Indutor da Cultura da Cooperação: Região dos Negócios em Goiás. In.: **Dissertação de Mestrado.** Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável:** turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000.

TRANSCHAPADA. Disponível em: <http://www.transchapada.com.br/>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 2012.

UNESCO. Reserva da Biosfera. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar:** epistemologia e metodologia perativa. 3. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre. Brookman, 2005.